

Universidade Estadual Paulista - UNESP

Faculdade de Ciências e Letras

Campus Araraquara

Departamento de

Economia

Os altos *Spreads* bancários no Brasil e seus determinantes

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Programa de Economia, da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Campus de Araraquara, como exigência para a obtenção do título de Graduação em Ciências Econômicas

Hevenylson Moraes de Souza

Orientador: Prof. Dr. Mário Augusto Bertella

Examinador: Prof. Dr. Alexandre Sartoris

Araraquara - 2011

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo compreender os motivos que podem explicar as altas taxas de juros de empréstimos no Brasil no período de 1999 a 2009. O estudo pretende identificar e caracterizar a evolução, a estrutura e determinantes do *spread* bancário. Na evolução, mostra-se o comportamento do *spread* no período. Na estrutura, demonstra-se a decomposição contábil efetuada pelo Bacen. Já os determinantes são a taxa Selic, a concorrência e a concentração bancária e o ambiente legal.

Palavras-chave: *Spread* Bancário, Mercado de Crédito, Intermediação Financeira.

Dedico este trabalho a todos que estavam ao meu lado neste período de conclusão da faculdade de economia, em especial as pessoas mais importantes da minha vida, a família e aos amigos.

AGRADECIMENTOS

Diante das muitas pessoas que, de que alguma forma teve participação nesta formação de economista que se conclui com a finalização deste trabalho, é difícil a citar todos. Portanto, eu agradeço aos que estivera ao meu lado neste período tão importante de conclusão de curso.

Primeiramente, agradeço minha Raquel por ser mais que uma companheira e grande amiga que sempre me deu apoio incondicional ao meu estudo.

A minha filha Yngrid, que se tornou minha principal fonte de motivação nos momentos mais críticos dos estudos.

Ao meu pai que sempre acreditou mim.

Aos meus tios, que sempre apoiaram minhas decisões relacionadas ao estudo.

Ao professor Mário A. Bertella, que me orientou na execução desta monografia.

Ao professor Alexandre Sartoris que aceitou prontamente a participar da banca.

Aos colegas e amigos da universidade, e demais familiares que me apoiaram durante o curso de graduação, e em especial a grande amigo que fiz durante a faculdade, o Breno Mazieiro, que sempre me ajudou durante o curso de graduação e no período da realização desta monografia.

A todos vocês, MUITO OBRIGADO!

Índice de Tabelas

Tabela 1- Taxa de juros das operações de empréstimos no Brasil.....	14
Tabela 2 - Quadro Comparativo - dez/2003.....	27
Tabela 3 - Decomposição do spread bancário- Aperfeiçoamento metodológico.....	28
Tabela 4 - Decomposição do spread bancário prefixado- Total.....	29
Tabela 5 - Retorno sobre o patrimônio líquido de instituições selecionadas de 2002 a 2008 (taxa. a.a).....	31
Tabela 6 - Participação percentual dos maiores bancos e CAIXA nos ativos totais do segmento bancário (%)......	34
Tabela 7 - medidas fiscais, monetária e de regulamentação	39
Tabela 8 - Medidas para aumentar a transparência e concorrência.....	41
Tabela 9 - Medidas para reduzir o risco jurídico	43

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - O spread do Brasil e de alguns Países Desenvolvidos em 2002-2003	11
Gráfico 2 - Relação Crédito – PIB em 2001 e 2002.....	12
Gráfico 3 - Taxa Média Real de Juros de Empréstimos do Brasil e de alguns Países Desenvolvidos em 2008	12
Gráfico 4 - Relação Crédito- PIB do Brasil e dos países emergentes em 2008	13
Gráfico 5 - <i>Raking</i> dos Dez Maiores Spreads Bancários em 2008	14
Gráfico 6 - Evolução do <i>spread</i> por tipo de tomador.....	18
Gráfico 7 - Evolução do <i>spread</i> a partir de outubro de 1999, por tipo por tomador....	20
Gráfico 8 - Taxa média Aplicação e Captação Geral com a Evolução do <i>Spread</i>	21
Gráfico 9 - Evolução Spread por modalidade a partir de novembro de 2006.....	21
Gráfico 10 - Composição do Spread Bancário – Média trimestrais maio/julho 1999 .	24
Gráfico 11 - Bancos em funcionamento por ano.....	32
Gráfico 12 - Evolução do Spread e Taxa de juros- Selic	35

Sumário

INTRODUÇÃO	1
Capítulo 1 - A FORMAÇÃO DO SPREAD BANCÁRIO NO CONTEXTO DO SISTEMA FINANCEIRO Brasileiro.....	3
1.1 Sistema Financeiro	3
1.2 Os MERCADOS FINANCEIROS E OS RISCOS neles envolvidos	5
1.3 O Papel da Intermediação financeira e o <i>spread</i>	9
1.4 PANORAMA DO SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL	11
Capítulo 2 - O <i>Spread</i> Bancário	16
2.1 EVOLUÇÃO DO SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL	18
2.2 ESTRUTURA DO SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL.....	22
2.3 DETERMINANTES DO SPREAD BANCÁRIO.....	32
2.3.1 CONCENTRAÇÃO E A CONCORRÊNCIA BANCÁRIA	32
2.3.2 TAXA BÁSICA DE JUROS (SELIC).....	34
2.3.3 DEMAIS DETERMINANTES DO SPREAD.....	35
Capítulo 3- Medidas para reduzir o <i>spread</i> bancário	37
3.1 Medidas fiscais, monetárias e de regulamentação bancária	38
3.2 Transparência e concorrência	39
3.3 Riscos Jurídicos	41
3.4 Medidas propostas para reduzir a inadimplência	44
3.5 Medidas propostas para aumentar a concorrência bancária	46
Considerações Finais.....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50

INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho “Os altos spreads bancário no Brasil e seus determinantes”, tem origem no fato de que a taxa de juros de empréstimos praticada no país encontra-se entre as mais elevadas no mundo, cuja explicação é objetivo deste trabalho, pois existe muita controvérsia sobre a razão ou razões que levam a estes altos *spreads*, responsáveis por distorções significativas na alocação dos recursos financeiros entre os agentes da economia.

O mercado de crédito no Brasil tem verificado baixa relação crédito/PIB em comparação a outras nações. Países com um sistema de crédito desenvolvido têm formas de canalizar os recursos financeiros entre os agentes econômicos de forma mais eficiente e eficaz, traduzindo em maior crescimento da intermediação bancária e favorecendo maior oferta de crédito ao mercado.

No Brasil, porém são apresentadas elevadas taxa de juros para empréstimos, o que tem impedido maior expansão do crédito no país, justificando esta baixa relação crédito/PIB, inibindo o crescimento sustentado da economia por meio de financiamento de baixo custo.

O período de análise deste trabalho compreenderá entre os anos de 1999 a 2009. Terá como referencial os estudos “Juros e Spread Bancário do Brasil” desenvolvido pelo Bacen. Esta entidade torna pública sua preocupação do efeito *spread* na concessão de crédito para as firmas e famílias após a estabilização da moeda ocorrida em 1994 e posteriormente, em 1999 com a política de metas inflacionárias. A partir de então, anualmente são divulgados relatórios analisando a evolução, a estrutura e os determinantes do spread bancário (ex-ante), efetuando-se a avaliação e propondo medidas para sua redução.

Embora existam diversos estudos sobre a determinação do *spread*, as explicações sobre o nível da elevada taxa de juros no país é uma questão em aberto.

O trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma breve introdução sobre o funcionamento do mercado financeiro, o processo da intermediação bancária e sua relação do crédito e o desenvolvimento econômico do país que pode ser comprometido, devido aos altos *spreads* bancários que reduz o fluxo desta intermediação, entre os agentes superavitários e os deficitários da economia.

O segundo capítulo apresenta a evolução, estrutura e os determinantes do spread no Brasil. Neste capítulo, são expostos alguns estudos, dentre eles: do Bacen, do Senado Federal e FEBRABAN (Federação brasileira de bancos). Sob a ótica da evolução, mostra o

comportamento do *spread* médio da pessoal física, jurídica e geral no período 1994 a 2009. Do ponto de vista da estrutura, a decomposição contábil realizadas nos estudos “Juros e Spread Bancário do Brasil”, demonstra a metodologia para o cálculo do *spread* da intermediação bancária e sua composição.

Já, no terceiro capítulo, são demonstradas as principais medidas propostas e implementadas para redução do *spread* pelas autoridades políticas no âmbito legal, judicial e econômico.

CAPITULO 1 - A FORMAÇÃO DO SPREAD BANCÁRIO NO CONTEXTO DO SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO

O *spread* bancário, definido como a diferença entre a taxa de juros cobrada pelas instituições financeiras e a taxa paga aos seus clientes (RUDGE, 2003), é dos assuntos mais complexos e polêmicos no Brasil, identificado com uma das principais barreiras para a expansão do mercado de crédito e ao aperfeiçoamento do sistema financeiro que limita o crescimento econômico do país.

Os altos *spreads* impactam negativamente o crescimento econômico, ao impedir maior expansão do crédito e financiamento de baixo custo, tornando o crédito mais caro. Nesse contexto inviabiliza a expansão e o desenvolvimento da intermediação financeira, reduzindo a transferência de recursos de poupança dos agentes econômicos superavitários para outro grupo, os agentes econômicos deficitários, a aqueles que desejam gastar mais do que seus rendimentos correntes para o consumo e investimento de produção (LOPES, 2005).

O desenvolvimento econômico depende da expansão da capacidade de financiamento. O mercado de crédito assume grande importância, na medida em que pode mobilizar recursos. A literatura econômica sempre destacou a importâncias dos mercados financeiros para o crescimento econômico de um país (LEVINE, 1993).

Quanto mais desenvolvido o estágio de intermediação financeira, maior tende a ser a formação de capital e mais eficiente as alocações de recursos. Existe uma condição *sine qua non* entre o desenvolvimento econômico e o sistema financeiro. À medida que aumentam a renda e a riqueza de uma economia, aumenta-se também a estrutura desta intermediação. (LOPES, 2005).

Para entender o *spread* bancário e seus determinantes, será necessário tomar conhecimento de como funciona o sistema financeiro e a importância da intermediação financeira para o desenvolvimento do país, bem como risco envolvido no mercado de crédito como também sua regulamentação e consequências para a formação da taxa de juros de empréstimo no mercado financeiro brasileiro.

1.1 SISTEMA FINANCEIRO

Conforme Neto (2003, p.66), “o Sistema Financeiro é constituído por um conjunto de instituições financeiras públicas e privadas que atuam por meio de diversos instrumentos financeiros, na captação de recursos, distribuição e transferências de valores entre os agentes”.

A fim de identificar cada uma das instituições conforme sua função e importância dentro do sistema financeiro, estas serão divididas entre instituições financeiras monetárias e não monetárias.

As Instituições Financeiras Monetárias são as que podem captar depósito à vista do público e criar meio de pagamentos, dentre elas estão:

- Bancos Comerciais: são instituições que têm como objetivo atender o financiamento de curto e médio prazo para o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços e a pessoa física. Isto é, através de desconto de duplicatas e abertura de conta garantida. Elas são capazes de receber depósitos em conta de movimento (depósitos à vista)
- Caixas econômicas: são as instituições que têm como objetivo atender o financiamento habitacional, através dos recursos oriundos do FGTS. Podem captar depósitos à vista, efetuar operações de crédito direto ao consumidor no financiamento de consumo do bem durável.
- Bancos Cooperativos: são as cooperativas de crédito autorizadas a realizar atividades semelhantes aos bancos comerciais, tais como emitir cartão de crédito, emissão de cheques, administrar a carteira de crédito.
- Cooperativas de Crédito: suas operações ficam restritas aos cooperados, tais como a captação de depósito à vista, empréstimo e financiamento.

As instituições financeiras não monetárias são instituições que não podem captar depósito à vista, somente captar recursos através da emissão de títulos (CDB e RDB) e sua função é a intermediação da moeda. Dentre elas estão:

- Bancos de Desenvolvimento: são as principais instituições de fomento regional e principal agente do governo para financiamentos de médio e longo prazo para setores estratégicos da economia.
- Bancos de Investimentos: são instituições criadas para atuarem no médio e longo prazo para suprir necessidades de capital de giro e capital fixo das empresas. Seu objetivo é aumentar o prazo das operações de crédito e financiamento para fortalecer capitalização das empresas através de financiamento de máquinas e equipamentos. Com repasses do BNDES, os bancos de investimentos atuam em operações de maior escala e direcionados para formação bruta de capital (NETO, 2003)

- Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento – Financeiras: a principal função é financiar bens de consumo duráveis por meio do crediário ou CDC. A principal fonte de recursos se dá somente através de letra de câmbio¹, as quais são emitidas pelo mutuário do financiamento.
- Sociedade de Crédito ao Micro-empendedor: sua função básica é a concessão de financiamento e prestação de garantia a pessoas físicas com finalidade de viabilizar empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial de pequeno porte, e a pessoa jurídica classificadas como microempresas (FORTUNA, 2002).
- Sociedades de arrendamento mercantil: suas operações são através de *leasing* (arrendamento mercantil) de bens nacionais, adquiridos por terceiros e destinados ao uso das empresas arrendatárias (NETO, 2003). Por último, os Bancos Múltiplos que são as instituições que surgiram com objetivo de diminuir os custos da administração das instituições financeiras. Essas instituições possuem funções de banco comercial (instituição monetária) e banco de investimento (instituição não monetária), além de carteiras de crédito imobiliário, carteiras de leasing e carteiras de sociedade de crédito e financiamento e investimento. Para constituir um banco múltiplo, deve-se possuir pelo menos uma das carteiras, comercial ou de investimento.

1.2 OS MERCADOS FINANCEIROS E OS RISCOS NELES ENVOLVIDOS

A intermediação financeira se desenvolve pelos mercados financeiros que consistem no conjunto de instrumentos e agentes destinados a oferecer alternativas de captação e aplicação de recursos financeiros (LIMA, 2006).

De acordo com Carvalho *et al* (2007), é nos mercados financeiros onde ocorrem todas as transações feitas com obrigações emitidas por agentes deficitários ou por intermediários financeiros que buscam intermediar recursos entre os agentes. Esses mercados são regulamentados por instituições e práticas de organização que são, em parte, fixados pelos agentes que participam destas transações, e, em outra, por instituição do Estado.

Portanto, a intermediação financeira se desenvolve de forma segmentada e com funções e características distintas, de acordo com Lopes (2005), em:

¹ “São títulos de crédito sacados pelos financiados e aceitos pelas financeiras para colocação junto ao público” (FORTUNA, 2002, p.31).

Mercado de crédito: é o segmento em que são realizados financiamentos de curto e médio prazo, seja por meio da concessão de crédito às pessoas físicas para aquisição de bens duráveis, seja por empréstimos e financiamentos às empresas, como por exemplo, capital de giro. Fazem parte deste segmento os bancos comerciais, os bancos múltiplos e instituições complementares (intermediação não bancária).

Mercado Monetário: é o segmento em que são realizadas operações de curto e de curtíssimo prazo. É através deste mercado que os agentes econômicos e os próprios intermediários financeiros suprem suas necessidades imediatas de caixa. Proporciona também um controle ágil e rápido da liquidez da economia controladas pelas autoridades monetárias por meio de colocação de títulos no mercado aberto onde são transacionados títulos da dívida pública de curto prazo.

Mercado de Capitais: é o segmento que atende agentes econômicos quanto às suas necessidades de financiamento de médio e longo prazo para capital de giro e capital fixo. As operações são realizadas através de bolsa de valores na negociação de títulos mobiliários (particularmente ações).

Mercado Cambial: é o segmento que inclui operações de compra e venda de moedas estrangeiras conversíveis, como por exemplo, para operações de importação e exportação.

Conforme Neto (2007), os principais riscos financeiros que enfrentam os bancos são:

Risco de Crédito: é a probabilidade do banco não receber os valores do principal, os juros e rendimento comprometidos nos empréstimos concedidos e obrigações financeiras emitidas pelos devedores.

O risco de crédito depende, entre outros fatores, do valor e custo da operação, da capacidade econômica do devedor, de sua reputação, da situação da conjuntura econômica (perspectivas de crescimento, estabilidade, etc.), das garantias oferecidas e da estrutura jurídica vigente (perspectivas do recebimento da dívida por via judicial) (BACEN, 1999).

Risco de liquidez: pode ser entendido como falta de disponibilidade imediata de caixa diante de saques ou resgates realizados pelos depositantes e aplicadores dos bancos. Portanto, o risco de liquidez aumenta diante de retiradas imprevistas dos seus clientes, sendo necessário captar recursos adicionais.

Risco de Mercado: está relacionado às chances de perdas de um banco decorrentes de comportamento instável dos índices de inflação, taxas de juros, indicadores de bolsa de

valores. De maneira mais ampla, pode ser compreendido como a probabilidade de perda em razão da exposição ao mercado no qual o banco realiza suas atividades operacionais, tais como empréstimos concedidos, captações de recursos, variações das taxas de juros de mercado, entre outras.

Risco Operacional: é o risco de perdas geradas por erros humanos, falhas nos sistemas de informação e de computadores, eventos externos e fraudes.

Risco Legal: esta relacionada à falta de legislação específica e atualizada para cumprimento dos contratos estabelecidos nas operações financeiras.

Convém pormenorizar outros pontos importantes sobre os riscos na atividade bancária que ocorrem principalmente sobre o risco de crédito, de mercado e de liquidez (RODRIGUES, 2000).

Em primeiro lugar, em relação ao risco de crédito, quando um contrato financeiro é firmado, tanto o devedor quanto o credor possuem expectativas no cumprimento dos termos do contrato em relação à capacidade de pagamento do tomador. Portanto, em qualquer transação financeira presume-se incerteza em relação ao futuro. Essa possibilidade de que o devedor não honre sua obrigação contraída junta ao credor no contrato de crédito, relaciona-se à capacidade do tomador de empréstimos em honrar seus compromissos financeiros através de receitas futuras, que está condicionado ao bom resultado de seu empreendimento, e este, por sua vez, está sujeito ao desempenho da economia. No entanto, quando o tomador não paga seus empréstimos, o devedor é declarado inadimplente. Isto é, um dos maiores riscos que o banco pode enfrentar é a inadimplência, pois grande parte do ativo bancário está em forma de empréstimo.

Em segundo lugar, em relação ao risco de mercado ou de taxa de juros, um banco pode apresentar um pequeno *spread* ou até mesmo negativo para alguma de suas operações de crédito, devido às oscilações das taxas de juros de mercado. Isto é, o rendimento esperado das aplicações pode ser reduzido devido à variação nas taxas de juros de captação no momento do refinanciamento do ativo.

Por último, em terceiro lugar, temos o risco de liquidez. Este se refere à capacidade de um banco em satisfazer suas obrigações quando elas forem solicitadas, atendendo de forma imediata a procura repentina de saques ou transferência de dinheiro sem demora ou hesitação. Caso isto não ocorra, a confiança dos seus clientes depositantes poderá declinar rapidamente

em relação à capacidade de honrar suas obrigações, em momentos de crise de confiança, provocando uma corrida bancária.

De acordo com Rodrigues (2000), os bancos podem proteger-se dos riscos através do gerenciamento destes. As instituições financeiras organizam comitês internos com objetivo de supervisionar a administração dos diversos riscos envolvidos na atividade bancária. Assim protegendo-se de um custo que pode ser repassado na cobrança dos serviços da intermediação, por meio do *spread* bancário.

Para proteger-se do risco de crédito, o banco pode exigir garantias para a concessão dos empréstimos. Caso o tomador não honre suas obrigações, o banco tomará para si os bens ou ativos postos em garantias. Existem outras medidas adicionais adotadas para minimizar a ocorrência do risco de crédito, tais como a diversificação do portfólio de aplicações e empréstimos, e também a análise cadastral do cliente para verificar se possui capacidade futura para quitar sua dívida. Contudo, tal risco demanda maiores informações sobre as particularidades e as atividades do tomador de empréstimo. Estes dados são monitorados pelo comitê de crédito das agências bancárias para pessoa física, enquanto que as dívidas das pessoas jurídicas são avaliadas por agências de *rating* que organizam o risco de crédito percebido a um *ranking* com escala distinta.

No que diz respeito ao risco de taxa de juros ou de mercado, o gerenciamento deste risco pode ser feito através de comparação dos rendimentos correntes entre os financiamentos de longo prazo e as captações de curto prazo e também os tipos de taxas previstas nestes contratos. No caso da expectativa de uma variação muito elevada na taxa de juros, o banco deverá procurar manter um equilíbrio razoável entre os prazos de suas obrigações e aplicações, objetivando a diminuição da volatilidade dos seus rendimentos. Com referência às mudanças bruscas das taxas de juros no mercado financeiro, as instituições podem transferir grande parte deste risco aos tomadores de empréstimo ao utilizar taxas variáveis em suas operações de crédito de modo a reduzir sua exposição a esse risco. Outras medidas adicionais seriam utilização de instrumentos derivativos, tais como futuros e *swaps* de taxa de juros.

A proteção do risco de liquidez, pode ser feita através de gerenciamento da carteira do banco, que está disponível através de reservas primárias (moeda corrente) e secundárias, como títulos públicos e outros ativos de curto prazo que podem ser vendidos com facilidade em mercados secundários organizados, ou por intermédio de novas emissões de certificados de depósitos via captação de recursos financeiros ou no mercado interbancário, e ainda, em última instância, obterem empréstimo junto ao banco central em condições especiais.

Destaque para outra medida em caráter permanente é a imposição das autoridades monetárias ao recolhimento da taxa de reserva compulsória sobre os depósitos à vista e outras captações para minimizar ou evitar o risco de liquidez.

Convém destacar que o risco de crédito diferentemente dos demais riscos aparece nos contratos de empréstimos através da variação do tempo, das taxas de juros, das garantias e tipos de garantias, uma combinação necessária para redução deste tipo de risco.

1.3 O PAPEL DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA E O SPREAD

A intermediação financeira pressupõe que existam basicamente duas classes de agentes econômicos, os superavitários e deficitários. Os superavitários ou poupadores são agentes cujo consumo corrente é inferior a sua renda esperada para o período, ou seja, possuem recursos em excesso e seu gasto é inferior à capacidade de poupar. Assim, pode transformar este excedente, a poupança, em ativos financeiros, isto é, direitos sobre renda futura de outro agente. São, assim, os ofertantes de poupança financeira. (CARVALHO *et al*, 2007)

Por sua vez, os agentes deficitários ou tomadores são aqueles que apresentam gastos em consumo e investimento, com bens e serviços correntes superiores a renda recebida e estão dispostos a trocar parte de seus ganhos futuros para ter acesso imediato a renda que lhes permitirá realizar seus desejos. Estes agentes, portanto, emitirão obrigações para serem pagas no futuro. São, assim, os demandantes de poupança financeira. (CARVALHO *et al*, 2007)

Para a primeira classe de agentes, surge a questão de como aplicar a renda em excesso, enquanto a segunda classe preocupa-se em como obter os recursos necessários para viabilizar o seu dispêndio desejado. Entre essas duas situações diferentes, posicionam-se os intermediários financeiros, cuja atividade consiste em viabilizar o atendimento das necessidades financeiras dos tomadores, e aplicações para as disponibilidades dos poupadores. (LOPES, 2005).

A atividade de intermediação financeira tem intenção de viabilizar o atendimento das necessidades financeiras de curto, médio e longo prazo, manifestadas pelos agentes carentes. Para os agentes superavitários, oferece disponibilidade de aplicações de seus recursos com riscos minimizados. Tal atividade estabelece “pontes” para interligar estes dois agentes da economia.

Na realidade, os intermediários financeiros só têm razão de existir quando se encontram com agentes que desejam gastar mais do que seus rendimentos correntes,

simultaneamente com outros que possuem rendimentos em excesso em relação ao seu dispêndio, predispondo-se a efetuarem trocas de seus ativos monetários por ativos não monetários. Assim, os intermediários financeiros colocam-se entre os agentes superavitários e deficitários, dispondo-se os primeiros a assumir os riscos inerentes à transformação de seus ativos monetários líquidos em ativos financeiros de menor liquidez, porém rentáveis. E o segundo a arcar com os custos financeiros de sua opção por um dispêndio superior a seus rendimentos correntes.

A intermediação financeira, segundo Lima (2006), apresenta características que tornam atraentes e facilitam as transferências entre os agentes:

- a) Economia de escala: os intermediários financeiros podem atuar com custos menores do que aqueles incorridos por tomadores e poupadores que operem isoladamente;
- b) Diversificação das características dos ativos financeiros: a intermediação financeira oferece um conjunto muito variado de ativos financeiros que possibilita a combinação de diversos tipos de obrigações financeiras, emitidas por pessoas ou empresas de setores diferentes com maior flexibilidade e adequação em relação a prazos, retorno e riscos;
- c) Maior Segurança: como os intermediários financeiros atuam em nome próprio, assume riscos tais como inadimplência;
- d) Liquidez: os intermediários financeiros podem oferecer alternativas de aplicação e captação de recursos mais rapidamente do que os agentes conseguiriam por conta própria;
- e) Gestão de riscos: intermediários financeiros possibilitam a composição de carteiras diversificadas, de menor risco.

Como a instituição financeira é parte na intermediação, sua atuação pode se configurar como passiva ou ativa nas operações realizadas. Quando o banco está na posição de devedor, isto é, capta recursos e, portanto, tem de devolver quando o seu cliente poupador quiser sacar o dinheiro (depósito à vista) ou em datas preestabelecidas no futuro (depósito à prazo) acrescidas de juros, tem-se operação passiva. Porém, quando o banco empresta os recursos para seus clientes tomadores, por exemplo, capital de giro para empresas e financiamento para consumo durável para as famílias, passa a ter direito de receber no futuro o valor emprestado acrescido de juros, caracteriza-se operação ativa (LIMA, 2006). Neste caso, os depositantes não têm direitos sobre os ativos criados pelos tomadores, mas apenas sobre as obrigações

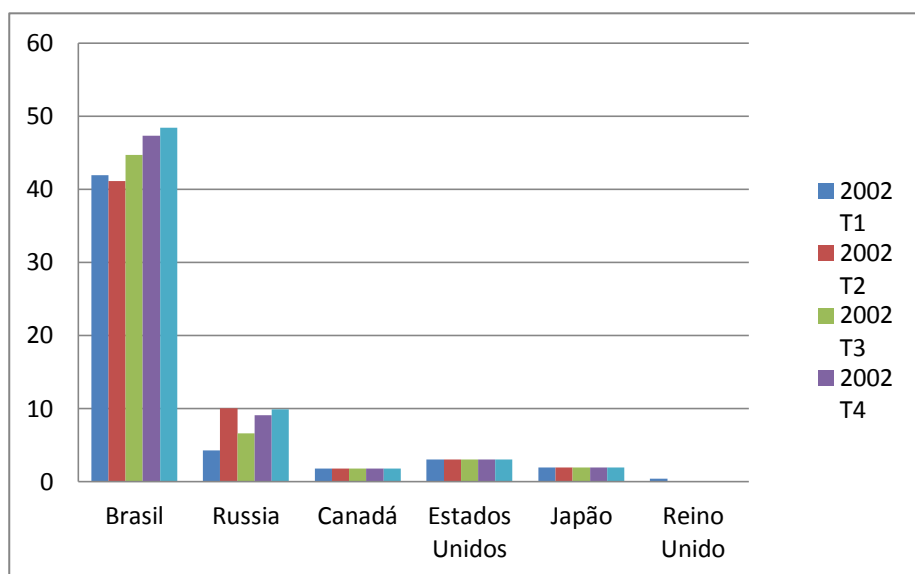
criadas pelos bancos, no qual possui por sua vez direito contra os tomadores finais (CARVALHO, 2007). Como o banco assume o risco da operação, ele cobra uma taxa de juros do tomador superior à taxa contratada na captação de recursos, a fim de cobrir despesas, custos de transação e riscos que ele assume, bem como ser remunerado por esta atividade, o lucro. A diferença como já citado configura-se o *spread*.

Portanto, o desenvolvimento do mercado financeiro e o surgimento de novas e sofisticadas instituições financeiras (bancárias e não bancárias) compõem uma tendência necessária e irreversível, dentro da sociedade capitalista, a qual pode permitir: a captação de recursos a baixo custo pelas empresas, à diversificação das oportunidades de negócios, a diminuição de riscos e custos envolvidos nas transações financeiras e aumento da liquidez dos títulos de créditos transacionados no mercado financeiro (LOPES, 2005).

1.4 PANORAMA DO SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL

No contexto brasileiro conforme o levantamento feito pelo IEDI (Instituto de Estudo para o Desenvolvimento Industrial) com base em dados FMI no início de 2003, em comparação com os países industrializados, o Brasil aparece como o país de maior *spread* médio nas operações de crédito domésticas com 48 pontos percentuais, contra 9,9 pontos percentuais da Rússia, seis da Coréia do Sul e menos de cinco pontos percentuais nos Estados Unidos, Canadá e Japão (gráfico1).

Gráfico 1 - O spread do Brasil e de alguns Países Desenvolvidos em 2002-2003

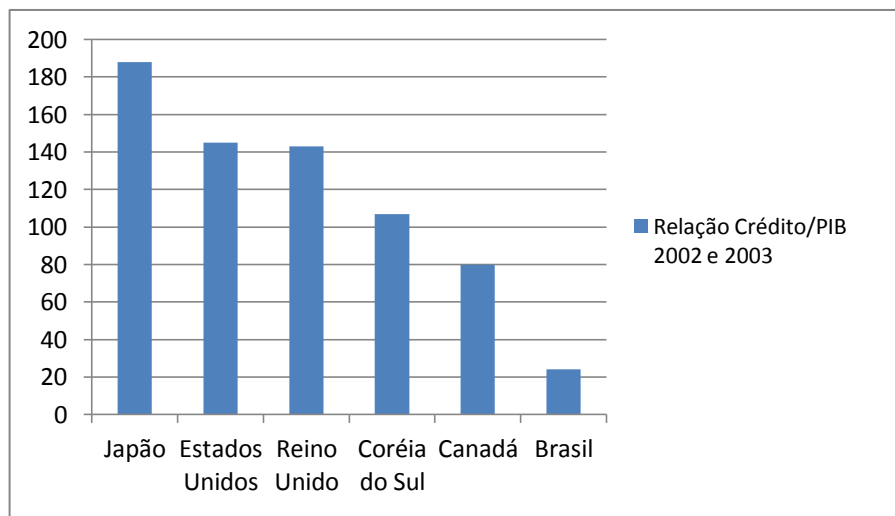


Fonte: IEDI (2004)

Os altos *spreads* afetam o canal de crédito restringindo o acesso ao mercado financeiro impondo baixa oferta de crédito a um custo de intermediação financeira muito alta. Como

pode ser observado no gráfico abaixo, verifica-se que a relação crédito/PIB dos países industrializados é muito superior do que no Brasil que apresenta um nível muito baixo.

Gráfico 2 - Relação Crédito – PIB em 2001 e 2002

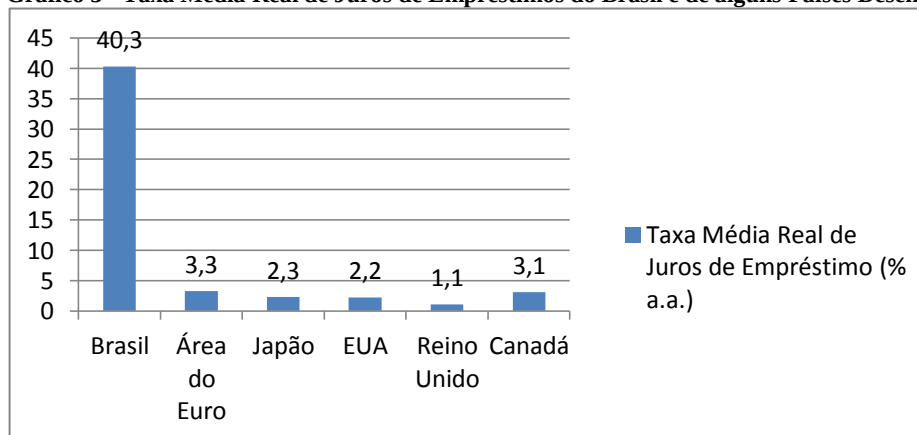


Fonte: IEDI (2003)

A baixa relação crédito/PIB no Brasil é consequência do elevado custo do crédito que se dá devido ao *spread* bancário que reduz a oferta e demanda por crédito. Por consequência, o Brasil apresenta baixa relação crédito/PIB em comparação aos demais países do mundo.

Os países desenvolvidos possuem um sistema de crédito com melhores condições de poupança interna para investimento produtivo que auxiliam a economia a crescer mais rapidamente. Isto proporciona uma maior oferta de recursos para investimento e consumo. Por outro lado, os altos *spreads* cobrados por sistemas bancários ineficientes comprometem o desenvolvimento econômico. Destaca-se que a proporção de crédito/PIB maior está relacionada a menores *spreads* (TROSTER, 2005).

Gráfico 3 - Taxa Média Real de Juros de Empréstimos do Brasil e de alguns Países Desenvolvidos em 2008

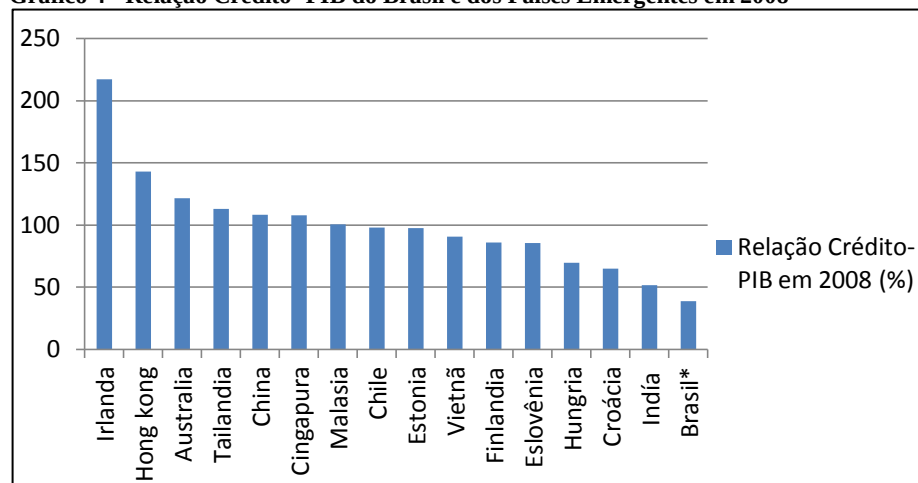


Fonte: Gamboa (2010) e Banco Mundial

Como pode ser observado no gráfico 3, a taxa média real de juros de empréstimo no Brasil é muito alta (em torno de 40% a.a) em comparação com os países desenvolvidos como os EUA, Reino Unido, Canadá que apresentam taxas médias menores que 3,5% ao ano. Conclui-se que a relação de crédito/PIB no Brasil é limitada devido ao elevado *spread* bancário que torna mais caro o custo do capital reduzindo a quantidade de transferência de recursos entre os agentes da economia inviabilizando seus projetos e o crescimento econômico (TROSTER, 2005).

Em comparação com os países emergentes, a situação do Brasil também é ruim, de acordo com estudo do Banco Mundial (apud Gamboa, 2010), como pode ser observado no gráfico 4 que expressa a relação crédito/PIB. Países como Irlanda, Hong Kong, Austrália, Tailândia, China e Cingapura apresentam uma proporção crédito/PIB superior a 100 %. Já a situação brasileira é bem diferente, que contrasta com uma participação crédito de 38% em relação ao seu PIB.

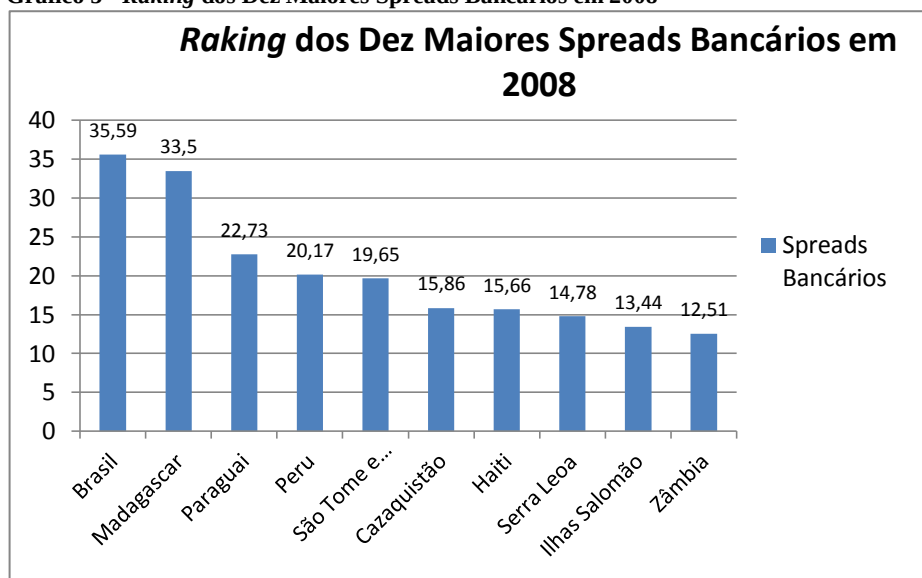
Gráfico 4 - Relação Crédito- PIB do Brasil e dos Países Emergentes em 2008



Fonte: Gamboa (2010) e Banco Mundial

As elevadas taxas de juros de empréstimos predominantes no Brasil impactam negativamente no crescimento econômico, ao impedir maior expansão do crédito e financiamento de baixo custo. Inviabiliza o aumento de produção e consumo. Em certos segmentos de empresas (pequenas e médias) tornam dependentes de crédito bancário por não possuir outra forma de financiamento. Conforme pode ser visto no gráfico abaixo o Brasil apresenta o maior *spread* do mundo.

Gráfico 5 - *Raking* dos Dez Maiores Spreads Bancários em 2008



Fonte: Gamboa (2010) e Banco Mundial

A tabela 1 mostra as taxas juros de empréstimos no Brasil com destaque para o cheque especial para pessoa física no qual a taxa de juros estava em torno de 172% a.a e para a pessoa jurídica na modalidade de crédito conta garantida em torno de 101% a.a no início de 2011. Como pode ser observado, as taxas são altas para todas as modalidades de operação de crédito das famílias e firmas, demonstrando a realidade brasileira que convive com alto custo do capital.

Tabela 1- Taxa de juros das operações de empréstimos no Brasil

I - Taxas de juros das operações ativas											
Juros prefixados % a.a											
		Pessoa jurídica							Pessoa física		
		Capital	Conta	Aq.	Vendor	Hot	Desc.	Desc.	Cheque	Crédito	Aq. de bens
Ano	Mês	de giro	garantida	de bens		money	duplic.	promis.	especial	pessoal	veículos
1999	Jul	55,33	64,98	45,55	32,74	62,01	63,88	70,79	162,60	102,02	-
	Dez	47,64	58,65	40,67	28,24	52,42	53,81	58,15	138,82	86,56	-
2000	Jul	33,08	58,69	30,95	22,18	41,26	44,26	57,46	156,82	70,57	35,95
	Dez	32,53	54,34	30,72	20,76	39,38	44,66	50,20	152,71	67,72	35,05
2001	Jul	35,81	56,32	36,18	27,01	47,79	49,08	52,71	150,04	78,58	41,95
	Dez	37,70	63,74	34,43	25,10	46,11	50,14	56,13	160,18	84,25	38,24
2002	Jul	36,91	61,43	36,15	25,32	45,75	49,11	47,23	158,75	82,79	50,38
	Dez	42,28	77,31	43,04	32,90	51,99	56,12	50,89	163,93	91,84	55,53
2003	Jul	43,60	80,47	37,19	30,51	58,34	54,54	60,21	173,90	91,71	42,94
	Dez	35,80	69,67	29,29	22,37	53,61	44,15	55,52	144,63	80,32	36,85
2004	Jul	34,76	66,30	28,01	21,05	48,95	40,14	47,48	140,14	71,66	36,10
	Dez	36,71	66,53	29,02	22,84	51,08	40,46	49,62	143,97	68,37	35,63
2005	Jul	37,97	70,34	29,95	24,55	49,53	42,69	52,25	148,04	69,41	36,14
	Dez	34,68	70,30	28,16	22,47	47,44	39,52	49,02	147,45	67,28	34,80
2006	Jul	32,80	67,83	26,04	19,73	47,20	37,18	47,75	144,09	59,78	32,58
	Dez	31,08	64,79	24,18	18,26	53,81	36,58	48,38	142,04	57,18	32,32

2007	Jul	28,07	62,66	16,14	15,18	47,73	31,83	42,46	139,24	50,61	28,66
	Dez	27,92	58,84	16,63	16,14	42,98	32,30	43,38	138,05	45,80	28,76
2008	Jul	32,08	70,65	17,75	18,08	50,69	39,39	47,95	162,65	53,59	33,46
	Dez	38,11	75,92	19,54	23,20	62,81	44,66	68,99	173,80	60,44	36,51
2009	Jul	31,87	81,78	15,14	15,54	49,34	39,51	54,82	167,33	44,78	26,92
	Dez	27,92	76,92	18,13	16,55	53,23	35,96	52,12	159,08	44,35	25,37
2010	Jul	29,90	91,77	17,22	17,01	46,71	41,11	42,83	167,29	42,21	23,96
	Dez	27,25	95,70	17,04	16,52	46,05	39,11	53,60	170,71	44,11	25,19
2011	Jan	29,28	101,37	17,23	18,70	42,15	42,02	52,34	172,57	48,32	27,15

Fonte: Banco Central do Brasil

Como destaca Fernandes e Souza (2010, p.1):

“Os juros cobrados em concessões de empréstimos pelas instituições financeiras ultrapassam cerca de 10 vezes o valor que as mesmas pagam para seus poupadores a fim de captar seus recursos financeiros, seja para pessoa física ou jurídica. É uma situação que torna a maioria das linhas de créditos onerosas demais para grande parte da sociedade, o que acarreta um desestímulo para a procura de crédito na economia brasileira.”

Convém esclarecer que *spread* e lucro das instituições financeiras não são a mesma coisa. O primeiro inclui o lucro, mas deve cobrir alguns outros itens, tais como: além dos custos de captação das instituições, como os custos relativos a operações de crédito obrigatórias dos bancos para determinados setores a taxas favorecidas e os custos derivados do depósito compulsório dos bancos; custos operacionais das instituições (o custo de intermediação, incluindo impostos); o custo de inadimplência nos empréstimos (BACEN, 1999), entre outros.

CAPÍTULO 2 - O *SPREAD* BANCÁRIO

O *Spread* bancário é a diferença entre as taxas de juros de aplicação e de captação, abrange o lucro e os riscos relativos à intermediação bancária, sendo influenciado por uma série de variáveis, principalmente qualidade de crédito do emissor, as condições de mercado, volume, tipo de empréstimo e prazo (SOUZA, 2007).

O *spread* pode ser considerado como um indicador da eficiência da intermediação financeira, sendo que mensura o custo desta. “Quando apresenta um nível elevado representa um alto custo da intermediação bancária para os tomadores de empréstimos, fato que estaria relacionado com a ineficiência do setor” (LEAL, 2006, p.9)

Conforme Leal (2006), o *spread* bancário possui três características essenciais para sua classificação, as quais são importantes para a mensuração e a abordagem analítica sobre as metodologias utilizadas na investigação empírica sobre os determinantes do *spread*.

A primeira característica é a abrangência da amostra: dado nível geral do *spread* o que é constituído a partir de um conjunto de informações de diversas operações de crédito oferecidas por diferentes bancos que podem diferenciar-se entre os países e ao longo do tempo. Em relação às modalidades de crédito, o *spread* pode variar de acordo com o tipo de operação de crédito, sendo necessário identificar quais operações estão inclusas. Em relação à amostra de bancos, deve-se identificar qual o tamanho, especialização ou tipo de propriedade das instituições que foram utilizados para realização do cálculo. Como por exemplo, o *spread* pode diferir de uma amostra constituída de banco público e outra de bancos privados. Porém, mesmo que aumente a abrangência da amostra de bancos, não será possível reproduzir o comportamento do *spread* devido aos diferentes aspectos, como especialização, aversão ao risco, tamanho da instituição, dentre outros.

Já a segunda trata do conteúdo: deve ser observado se foram consideradas para o cálculo do *spread* as tarifas e comissões cobradas pelos bancos aos depositantes e aos tomadores de empréstimos, entre outras receitas de serviço. Isto pode gerar mudanças, aumentar os custos para os tomadores de crédito e diminuir a remuneração recebida pelos depositantes, alterando as taxas das operações de crédito.

Por fim, tem-se a origem da informação: o *spread* bancário pode ser classificado em *ex-ante* ou *ex-post*. O *spread* bancário *ex-ante* é resultante das taxas de captação e empréstimos estabelecidas pelos bancos antes da realização e divulgação de seu resultado

contábil. Esta medida reflete as diversas expectativas dos bancos em relação à concorrência, inadimplência, demanda, dentre outras. Já o *spread ex-post* é a mensuração do resultado financeiro realizado pelos bancos na intermediação financeira, conforme dados obtidos da receita e do custo efetivo na captação dos recursos registrados a partir de dados contábeis disponíveis pelas instituições financeiras. O *spread ex-post* pode ser interpretado como um dos importantes componentes da margem de lucro dos bancos.

Em continuidade às diferenças sobre medidas de origem de informação, o *spread ex-ante* pode refletir as expectativas dos bancos no momento da concessão do crédito ao incorporar as oscilações do cenário macroeconômico de forma imediata, em resposta ao risco percebido, podendo apresentar um comportamento volátil. Diferentemente o *spread ex-post* terá um comportamento mais estável por considerar o efetivo resultado da intermediação e das ações já tomadas anteriormente e não as mudanças das expectativas de mercado que são absorvidas pela medida ex-ante. (DANTAS *et al*, 2011).

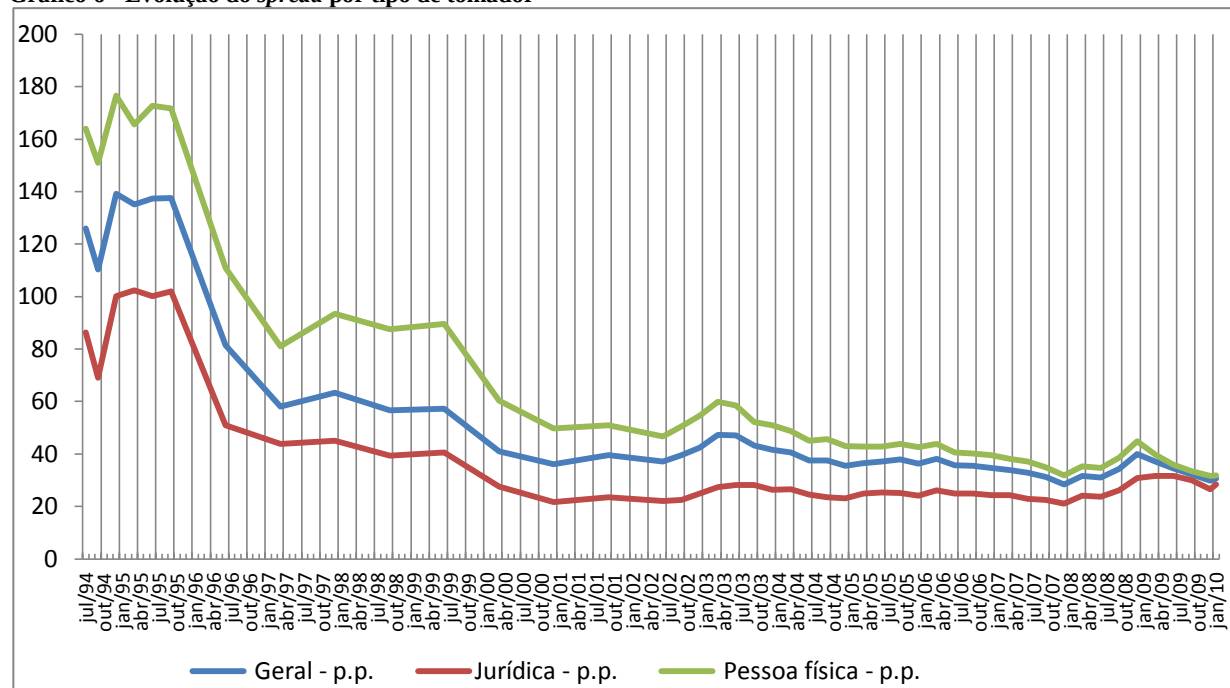
Outro fato a se destacar é que o *spread ex-ante* é utilizado na maioria dos estudos empíricos envolvendo as abordagens de evolução, estrutura e determinantes sobre o tema no Brasil, e isso ocorre devido aos seguintes motivos (SOUZA, 2007): (a) os relatórios anuais divulgados pelo Bacen de 1999 a 2009 utilizam a medida ex-ante, que compreende desde a evolução das taxas de juros e os fatores relacionados na decomposição do *spread*; (b) as séries temporais sobre a evolução do *spread* são apuradas a partir de informações repassadas pelos bancos ao Bacen; (c) a utilização da medida ex-post é dificultada devido ao pouco acesso a informações analíticas dos resultados contábeis dos bancos.

Além dessas características, é importante destacar que, para análise do comportamento do *spread*, são considerados três tipos de abordagens analíticas (SOUZA, 2007):

- a) Evolução: objetiva identificar e quantificar a medida ao longo do tempo.
- b) Estrutura: consiste em estimar e identificar os componentes do *spread* bancário, como por exemplo, inadimplência, cunha tributária, dentre outros de natureza contábil
- c) Determinantes: consiste em avaliar e analisar os efeitos quantitativos sobre as variáveis que determinaram o comportamento do *spread* bancário.

2.1 EVOLUÇÃO DO SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL

Gráfico 6 - Evolução do *spread* por tipo de tomador



Fonte: Banco do Central do Brasil

Como pode ser observada no gráfico, a evolução do *spread* entre 1994 e 1997 apresentou uma forte queda, relacionada com a adoção do Plano Real. Anteriormente, a sociedade aceitava tomar empréstimos a taxas muito altas devido à inflação elevada que transformava juros reais em valores negativos. Do lado dos bancos, as altas taxas de juros eram justificadas por perdas decorrentes da intensificação do processo inflacionário (Afonso *et al*, 2009).

À medida que o Plano Real alcançava credibilidade, mesmo com alguns desequilíbrios macroeconômicos, a expectativa da inflação declinou. Considerando que 30 % de suas receitas dos bancos resultavam do ganho inflacionário (*float*), sob este novo contexto, alterou-se o comportamento dos bancos e as operações de crédito ganharam importância nas aplicações do setor bancário. No entanto, este comportamento mudou novamente a partir do contágio da crise mexicana em 1995 que resultou na ameaça de insolvência dos bancos (Oreiro *et al*, 2007).

A partir do Plano Real, o sistema financeiro nacional passou por mudanças profundas com a estabilização dos preços e maior abertura da economia. A queda da inflação acabou com “*float*” e deu início ao processo de estabilização no qual os bancos tiveram de se ajustar e passaram a cobrar tarifas de serviço e aumentar as operações de crédito (BACEN, 2002).

Em início de 1997, com o crescimento da dívida pública, os bancos retornam à velha estratégia de flexibilidade patrimonial característica do período de inflação alta, com a contração do crédito e aumento de suas aplicações em títulos públicos indexados à taxa de *overnight* e a taxa de câmbio. Esta mudança de comportamento influenciou o *spread* bancário, uma vez que os bancos passam a ter uma alternativa de aplicação segura nos títulos públicos em vez de emprestar ao setor privado e, ao fazê-lo, aumentou-se o prêmio de risco nas operações de crédito (Oreiro *et al*, 2007).

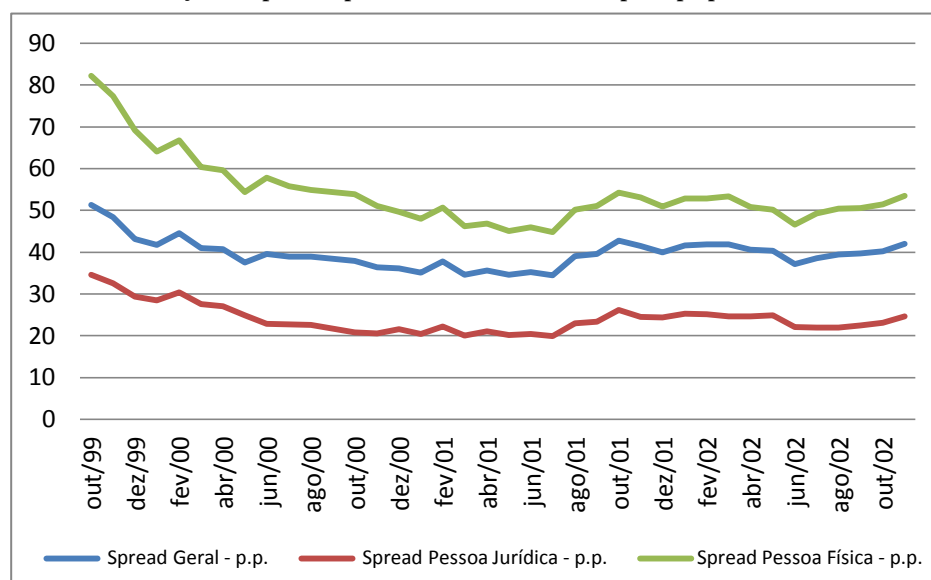
No final de 1997, o *spread* voltou a subir devido ao surgimento da crise da Ásia, resultando no aumento da incerteza e os juros (Selic) voltaram a subir. Somente após sucessivas crises internacionais (em particular, russa) e alta instabilidade no mercado financeiro internacional que levou à mudança do regime monetário no Brasil (Afonso *et al*, 2009).

Já em 1999 com a implementação do sistema de metas de inflação e o abandono do regime de banda cambial que gerava crescente déficit na conta-corrente do balanço de pagamentos, que forçava o governo a aumentar as taxas de juros básicas (Selic) com dupla finalidade de incentivar a entrada de capital externo e também prevenir as saídas desses capitais. A adoção da metas inflacionárias alterou o papel da taxa de juros básica para controle da inflação. Neste mesmo ano o *spread* começa a declinar coincidindo com o ambiente de maior estabilidade macroeconômica, conforme Bacen:

Com o cumprimento das metas fiscais estabelecidas e a implantação do novo regime de metas para inflação, as taxas de juros básica da economia foram reduzidas. Este fato, aliado à redução do compulsório sobre depósitos à vista e à prazo, fez com que as taxas de juros praticadas no mercado financeiro iniciassem uma tendência de queda (BACEN, 2000, p.7).

Além da estabilidade macroeconômica, ocorreram mudanças microeconômicas: o governo federal anunciou um conjunto de medidas destinadas a redução dos juros para o tomador de empréstimo com a extinção do compulsório para depósito a prazo, a redução do IOF de 6% para 1,5% e a divulgação das informações sobre as taxas praticadas no setor bancário (BACEN, 2000).

Gráfico 7 - Evolução do spread a partir de outubro de 1999, por tipo por tomador



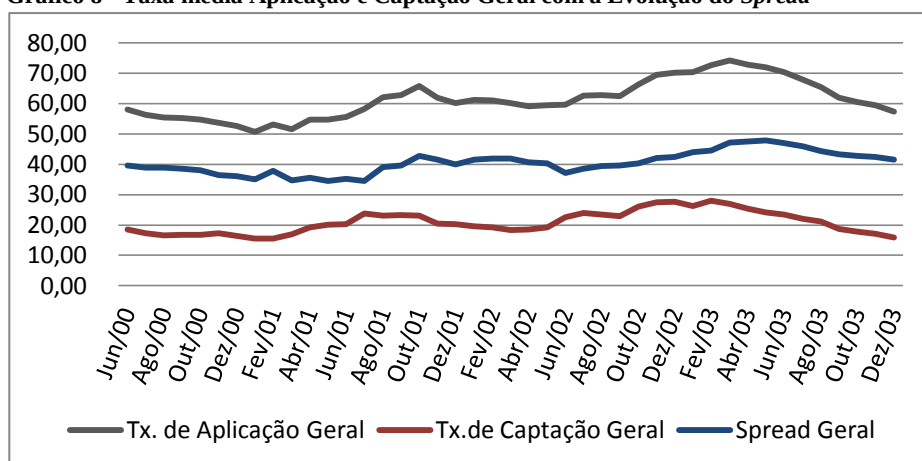
Fonte: Banco Central do Brasil

Como mostra o gráfico 2, a partir de 2001 foi interrompida a tendência de queda observada desde 1999, tendência essa que se modificou em decorrência do aumento das incertezas quanto à conjuntura econômica internacional da Argentina, à desaceleração da economia norte-americana, e ao questionamento quanto ao cumprimento da meta de inflação, dado o aumento da taxa Selic e à depreciação cambial (BACEN 2001). De acordo com Bacen,

O aumento nas taxas (spread) refletiu a deterioração nas expectativas do mercado determinadas pelo cenário internacional crescentemente desfavorável, associado à continuidade da tendência de depreciação cambial, aumento da meta da Selic, racionamento de energia elétrica e queda no nível de atividade econômica (BACEN, 2001, p.5)

A tendência de crescimento do indicador intensificou-se em meados de 2002 devido à incerteza associada ao processo eleitoral e à aceleração da inflação acompanhada pelo aperto monetário (elevação da taxa Selic e alíquota do compulsório sobre o depósito à vista) efetuado pelo Banco Central (BACEN 2003), conforme pode ser observado no gráfico 3.

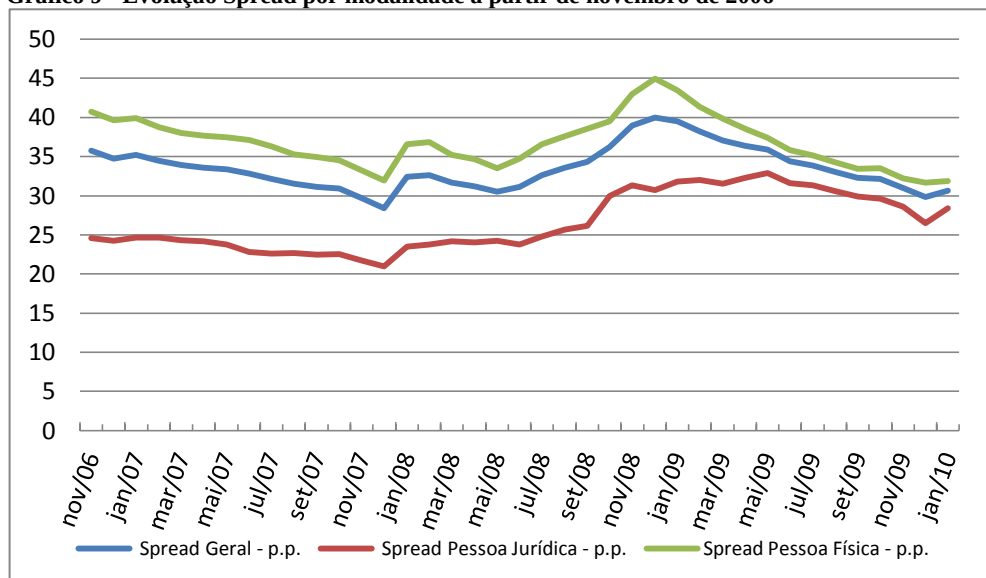
Gráfico 8 - Taxa média Aplicação e Captação Geral com a Evolução do Spread



Fonte: Banco Central do Brasil

A superação das incertezas ocorridas na economia brasileira em 2002 e 2003 permitiu que houvesse redução das taxas de juros cobradas nas operações de crédito livre² que permaneceu até o ano de 2007. Apesar das medidas adotadas pelo governo através de mudanças institucionais e microeconômicas e aos avanços logrados nos últimos anos no sentido de facilitar o acesso ao crédito e reduzir o seu custo, o *spread* permaneceu elevado comparado com os padrões internacionais.

Gráfico 9 - Evolução Spread por modalidade a partir de novembro de 2006



Fonte: Banco Central do Brasil

O ano de 2008 foi marcado pelo efeito do impacto da crise financeira internacional sobre a economia brasileira, principalmente após a quebra do banco Lehman Brothers. Ao final de 2009 o *spread* volta aumentar e retorna aos patamares anteriores à crise (Bacen, 2009).

²Foram excluídas das operações de crédito livre as operações de repasse de crédito externo, financiamento imobiliário, cartão de crédito e outras operações.

Como pode ser notado, o *spread* cobrado das pessoas físicas é maior que o das jurídicas, como demonstrado nos gráficos anteriores. Esta diferença é explicada por três motivos. A primeira, “o custo por real emprestado tende a ser maior para pessoas físicas, como usualmente ocorre quando se comparam operações no varejo com operações no atacado” (Afonso *et al*, 2007, p.7). A segunda, para as pessoas jurídicas, a taxa de inadimplência é menor que para pessoa física. A terceira, o mercado de crédito para as pessoas jurídicas são mais competitivos que para pessoa física.

2.2 ESTRUTURA DO SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL

Desde 1999, o Bacen (Banco Central) apresenta anualmente uma série de estudos sobre evolução, estrutura e determinantes do *spread*. Estes estudos são desenvolvidos pelo Departamento de Estudos e Pesquisas (DEPEP) e tem como objetivo identificar e explicar os componentes do *spread* bancário e apresentar as principais medidas e iniciativas do Governo Federal para redução dos juros ao tomador de empréstimo em cada ano (BACEN 1999).

Para estimação dos juros e dos *spreads* no estudo, foram utilizadas as modalidades de crédito por tipo de tomador. Para pessoas jurídicas, são: operações de *hot money*, conta garantida, desconto de duplicatas, desconto de promissórias, capital de giro, aquisição de bens e vendor. Para as pessoas físicas, temos operações com cheque especial, crédito pessoal e aquisição de bens (financiamento de automóveis e CDC). Em 1999, o total dessas operações de crédito correspondia R\$ 47,2 bilhões na proporção de 18,3% do volume de empréstimos de carteira livre³ do sistema financeiro nacional ou 33,6% quando a inclusão dos créditos governamentais, imobiliários e rurais, que são operações de carteira direcionada. As representações por modalidade em total de crédito são de 56 % para a pessoa física e 27,7% para as pessoas jurídicas que incluem indústria, comércio e atividade empresarial em geral (BACEN 1999).

Para mensuração dos componentes do *spread* bancário foram utilizados o conjunto de bancos privados no estudo inicial de 1999 com a amostra de 17 grandes bancos responsáveis por quase 2/3 dos créditos concedidos às modalidades de empréstimos (Itaú, Bradesco, Real, Safra, BCN, Sudameris, BBA, ABN-AMRO, Mercantil Finasa, CCF-Brasil, Citibank, Bozano Simonsen, BankBoston, Unibanco a partir de julho/98, HSBC a partir de jan/98, Santander a partir de jan/98 e BFB a partir de jan/97) (BACEN 1999).

³ Crédito livre, os bancos podem pactuar livremente a taxa de juros das operações de crédito.

Como destaca o Bacen (1999), o maior desafio para identificar e mensurar os determinantes do *spread* foi a dificuldade no levantamento dos dados necessários, porque não se encontrava de forma organizada a fonte de dados sobre o tema. Por isso, foram desenvolvidas duas etapas.

A primeira etapa corresponde à identificação de todos os impostos, taxas e recolhimentos obrigatórios que recaem sobre a intermediação financeira e que apresentaram dificuldade pela complexidade do sistema tributário brasileiro e de recolhimento do compulsório. A segunda etapa consistiu na estimação da inadimplência e dos custos administrativo a partir dos dados dos balancetes mensais das instituições financeiras. Esta etapa apresentou dificuldades na seleção de bancos para amostra devido ao grande número de bancos naquele período ter sofrido intervenção e liquidação e outra dificuldade em transformar um grande número de informações dos balancetes dos bancos em uma base de dados ‘amigável’. Os dados levantados compreendem o período após o Plano Real (julho 1994 a julho 1999).

Para o cálculo da inadimplência, foram utilizados as informações obtidas junto a uma amostra de financeiras e, para pessoa jurídica, uma amostra de 7 grandes bancos privados (Banco ABN-AMRO, Credibanco, Citibank (N.A. e S.A.), BBA(BankBoston, Bozano Simonsen e CCF) que operavam predominantemente com grande empresas, retiradas “[...] a partir dos dados das inadimplências efetivamente reconhecidas pelos bancos através do registro de conta de ‘Provisões para Devedores Duvidosos’ (PDD)” (BACEN,1999, p.20).

Para o cálculo das despesas administrativas, foram utilizadas duas etapas, devido às dificuldades de encontrarem nos balanços dos bancos, os custos administrativos alocados por unidades de negócios e por operações realizadas. A primeira etapa consiste na estimação da despesa incorrida pela captação e aplicações tradicionais dos bancos e a segunda etapa foi aplicação de custo médio administrativo sobre o total dos empréstimos concedidos.

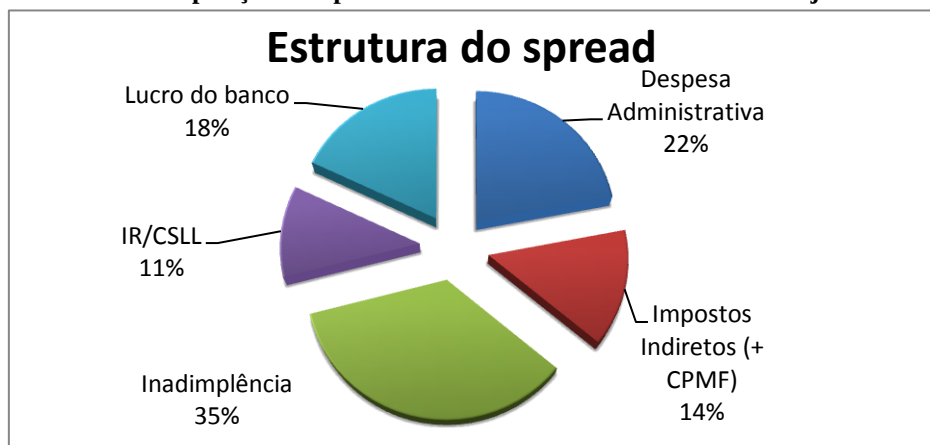
Outro componente fundamental para a composição do *spread* foi à cunha fiscal. São identificados neste grupo os impostos, taxas, contribuições e recolhimento compulsório que incidem sobre a intermediação financeira.

Enfim, conforme o Bacen (1999), os fatores que compõem o *spread* cobrado pelos bancos são identificados a seguir:

- taxa de captação do CDB pelos bancos;

- Impostos indiretos e contribuição, como PIS, CONFINS, IOF e FGC, sendo o último, o Fundo Garantidor do Empréstimo tratado como imposto por incidir como percentual sobre a captação de recursos;
- Despesas administrativas e judiciais incorridas em custos, como capital físico, recursos operacionais calculados em cada unidade de crédito concedido;
- Estimativa da inadimplência, do qual pode ser mensurada pela relação sobre a provisão de devedores duvidosos e o volume de crédito concedido;
- Impostos diretos sobre os lucros, como IR e CSLL;
- Lucro líquido ou Margem líquida do banco.

Gráfico 10 - Composição do Spread Bancário – Média trimestrais maio/julho 1999



Fonte: Bacen (1999)

Conforme Costa e Nakane (2004), o primeiro estudo do Bacen de 1999 desenvolveu uma primeira metodologia de forma sistemática para análise da composição do spread bancário. No entanto, este trabalho se concentra no estudo do impacto dos impostos sobre o custo das operações de crédito ao tomador final embora contemple a composição dos demais itens do spread bancário. Neste trabalho, também surgem limitações devido à falta de detalhamento dos dados contábeis nos balanços e informações gerenciais dos bancos, dificultando a exatidão dos resultados encontrados.

O segundo trabalho do Bacen (2000) consiste na avaliação de um ano do projeto “Juros e *Spread* Bancário no Brasil de 1999”. Apresenta alguns avanços metodológicos na apuração das taxa de juros e *spread* que passou a ser feito através da utilização do cálculo da média ponderada das taxas cobradas para cada instituição financeira pelo volume de crédito negociado. No estudo anterior, apuravam-se as taxa de juros de cada modalidade a partir de uma aritmética simples, o que provocava distorções em comparação entre as taxas praticadas pelas grandes e pequenas instituições.

A principal alteração metodológica neste estudo foi o cálculo das despesas de inadimplência que deixou de utilizar os saldos de Provisões para Devedores Duvidosos (PDD) e passou a utilizar os fluxos de despesas com provisões para perdas com operações de crédito, apresentados nos demonstrativos mensais de resultado dos bancos. Este trabalho corrige em grande medida as limitações do primeiro estudo e acrescenta resultados das avaliações contábeis, além da inclusão de estudos econométricos (COSTA e NAKANE, 2004)

O terceiro estudo do Bacen (2001) mantém a mesma metodologia de decomposição contábil com acréscimo de apenas algumas abordagens econométricas alternativas, tais como, a análise do *spread* segundo seus componentes de persistência inercial e conjuntural da economia e a decomposição econométrica que permite identificar a sensibilidade do *spread* com as variações de seus componentes e outros fatores como a taxa Selic e o risco.

O quarto estudo do Bacen (2002) consiste na avaliação contínua dos trabalhos anteriores do “Projeto Juros e Spread Bancário” e ampliou os relatórios de “Economia Bancária e Crédito” com a inclusão de estudos especiais sobre economia bancária de autoria de técnicos do DEPEP. Com relação à metodologia, o estudo não apresenta qualquer alteração significativa para o cálculo do *spread* bancário.

Em 2003, o estudo do Bacen (2003) não apresentou avanços metodológicos nem resultados diferenciados dos anos anteriores. Com a inclusão de vários textos que destacam as principais ações e medidas adotadas nos últimos quatro anos e novas medidas para redução dos juros e *spreads* bancários. Neste relatório apresenta também avaliação da nova Lei de Falência aprovada pela Câmara dos Deputados no ano 2002.

O sexto trabalho do Bacen em 2004 apresenta a avaliação de cinco anos do “Projeto Juros e Spread Bancário” com análise do mercado de crédito e traz diversos estudos especiais sobre economia bancária e crédito de autoria dos técnicos da DEPEP. Com destaque para o trabalho dos Analistas técnicos do Bacen, Ana Carla Abraão Costa e Márcio Nakane com o título do estudo “Decomposição do Spread Bancário no Brasil” que traz consigo avanços na metodologia original da decomposição do *spread* bancário que apresentam resultados consideráveis como a aumento da abrangência amostral dos bancos, o impacto dos compulsórios e uma nova forma de se alocar os custos administrativos.

Segundo Costa e Nakane (2004) sugeriram três problemas no método do cálculo de formação do *spread*, nos últimos cinco anos deste iniciado o estudo pelo Bacen, são eles:

- i. Viés de seleção, devido a uma amostra reduzida de bancos;

- ii. Rateio dos custos administrativos, sem considerar a existência de operações obrigatórias de recursos para crédito direcionado (percentual dos depósitos à vista e dos depósitos a prazo para financiamento habitacional e crédito rural);
- iii. Parcela dos compulsórios na decomposição do *spread*, desprezando a idéia de independência entre mercados de captação e empréstimos.

Costa e Nakane (2004) elaboram seu trabalho com o intuito de corrigir a metodologia empregada pelo Bacen e destaca no estudo que foram resolvidos os três problemas da metodologia do Bacen. O viés de seleção, com ampliação da amostra utilizada, contém todos os bancos atuantes no país no período. O rateio proporcional de custos administrativos está baseado em noção de eficiência restrita e dentro da ótica de custo. A parcela do compulsório na formação do *spread* é levada em consideração

De acordo com Costa e Nakane (2004), as despesas de inadimplência continuam sendo as despesas de provisão à precificação do crédito concedido estão vinculadas a inadimplência passada e não a inadimplência esperada.

Esta nova abordagem metodológica, conforme Costa e Nakane (2004), fez uso de uma função custo que permite o cálculo dos preços de *Aumann-Shapley*⁴ para cada insumo utilizado na produção bancária e a alocação de custos minimiza os erros de medidas e imprecisões na metodologia anterior para setor bancário brasileiro. Esta metodologia baseada na teoria de alocação de custos conjuntos desenvolvida pela teoria dos jogos cooperativos, na formação de preços para empresas regulamentadas, que oferecem diversos produtos e enfrentam dificuldade em alocar recursos num ambiente de produção conjunta. Possibilita a apuração mais precisa dos custos envolvidos na produção.

Os dados utilizados nesta metodologia têm como origem o banco de dados do Bacen de acordo com as especificações em base no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). O *spread* bancário é decomposto conforme os componentes: custos com tributação, custos administrativos, custos das reservas obrigatórias, custo com retenção FGC, perdas com inadimplência e acrescentando custos com compulsórios e custos com crédito direcionados.

⁴ Nome dado a teoria desenvolvida pelos economistas Aumann e Shapley, é uma metodologia de repartição de custos marginais crescentes ou decrescentes independente da existência de mudança de escala. Através deste método encontra a repartição justa e o valor exato na alocação dos custos.

Tabela 2 - Quadro Comparativo - dez/2003

Proporções sobre <i>Spread</i>		
Componentes	Amostra Antiga nova metodologia	Nova amostra nova metodologia
Custo do FGC	0,20%	0,24%
Custo Total do Compulsório	6,38%	5,04%
Custo do Compulsório DV	6,72%	5,46%
Custo do Compulsório DP	-0,34%	-0,42%
Custo Administrativo	23,64%	26,37%
Cunha Tributária	20,77%	20,81%
Impostos Indiretos	7,58%	7,85%
Impostos Diretos	13,19%	12,96%
Inadimplência	17,85%	19,98%
Resíduo	31,17%	27,56%

Fonte: Bacen (2004) - Costa e Nakane

A tabela 2 demonstra através de um quadro comparativo a conclusão obtida por Costa e Nakane (2004) que são as seguintes:

- 1) Com aumento da amostra têm por conseqüência aumento dos custos administrativos;
- 2) A inadimplência assume parcela significativa do *spread* bancário no Brasil e reflete o ambiente de risco, devido às dificuldades de execução de garantias e recuperação de crédito, causado pelo risco moral⁵ que elevam a taxa de juros;
- 3) Resultado do cálculo com a utilização da nova metodologia apresenta a margem do banco, “resíduo do banco” inferior ao da metodologia anterior que não considera a existência de obrigatoriedade do crédito direcionado⁶.

O sétimo estudo do Bacen (2005) dá continuidade aos importantes avanços metodológicos apresentadas no “Relatório de Economia Bancária de 2004 – detalhada em Costa e Nakane (2004) com o acréscimo de algumas modificações. Convém destacar duas destas: a primeira refere-se ao cálculo da inadimplência que passa a ser calculada com base nas classificações de risco das carteiras de empréstimo dos bancos e suas respectivas provisões mínimas (segundo os parâmetros constantes da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de

⁵ A definição de risco moral (*moral hazard*) como dois conceitos principais: a alteração do comportamento dos agentes e ações com elevados custos de monitoramento ou prevenção (Bacen, 2005, p.90)

⁶ Partes dos recursos captados pelos bancos têm parte de seu destino direcionados de forma compulsório para financiamentos rurais e imobiliários, a taxa de juros cobradas são preestabelecidas em normas governamentais

dezembro de 1999). E a segunda é o ajuste na metodologia de alocação de custos administrativos; a partir deste ano, o preço do capital passa a ser a razão entre a soma de quatro contas de despesas – alugueis, arrendamento de bens, manutenção de bens e despesas com depreciação – e ativo permanente (alterou os parâmetros estimados da função custo)

Os trabalhos posteriores do Bacen de 2006 e 2007 não trazem modificações metodológicas e mantêm a mesma metodologia de decomposição contábil modificada anteriormente.

Tabela 3 - Decomposição do spread bancário- Aperfeiçoamento metodológico

Estrutura	Média 2001-2008		Média 2007-2008	
	Antiga	Nova	Antiga	Nova
<i>Spread</i> Total	100,00	100,00	100,00	100,00
Custo Administrativo	14,69	17,94	14,22	14,25
Inadimplência	35,73	31,94	37,73	33,15
Custo do Direcionamento (Compulsório +	5,60	3,85	2,50	1,90
Encargos Fiscais e FGC	7,80	4,29	8,20	3,76
Impostos	7,52	3,16	8,08	3,10
Custo do FGC	0,28	1,13	0,12	0,65
Resíduo Bruto, Erros e Omissões (1-2-3-4-5)	36,18	41,98	37,34	46,94
Impostos Diretos	10,67	14,82	11,00	17,62
Resíduo Líquido (6-7)	25,50	27,16	26,35	29,32

Fonte: Bacen (2008)

Já, no relatório de 2008, é apresentada a última modificação metodológica. Fundamenta-se na estimação do efeito dos subsídios cruzados decorrentes do direcionamento obrigatório de parte dos depósitos à vista e de poupança para aplicações em crédito rural e/ou crédito habitacional. Esta nova metodologia emprega as taxas efetivas de captação de depósito à vista e de poupança em acréscimo ao depósito a prazo (taxa utilizada para cada banco), como taxa de captação. Também introduziu aperfeiçoamento na medida dos efeitos dos recolhimentos compulsórios e dos impostos indiretos sobre o *spread*. Na tabela 3, podem ser observadas as mudanças na estrutura com o aperfeiçoamento metodológico com destaque para redução da inadimplência, custo direcionado, e aumento da margem líquida dos bancos e impostos diretos.

A nova metodologia também incorporou alterações no cálculo do impacto do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) e realizou a separação dos tributos segundo as respectivas bases de cálculo. Para a estimação do item relacionada ao custo administrativo, não houve

mudança para o cálculo desse componente, permanece sendo calculada a partir de uma função custo para o setor bancário e a alocação dos custos administrativos para cada produto, por intermédio do algoritmo de *Aumann-Shapley*. A componente inadimplência referente à estimativa de perdas esperadas em virtude do não pagamento por parte dos tomadores de crédito manteve a mesma forma de cálculo da metodologia antiga, sendo, portanto, estimado com base nas classificações de risco das carteiras de empréstimo dos bancos e nas respectivas provisões mínimas (segundo os parâmetros constantes da Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999).

O último relatório do Bacen (2009) não apresenta modificação na metodologia da decomposição do *spread* bancário. Pode ser observado na tabela 4 abaixo a decomposição do *spread* para o período de 2002 a 2009.

Tabela 4 - Decomposição do spread bancário prefixado- Total

Componentes	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<i>Spread</i> Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Custo Administrativo	19,07	25,52	23,65	22,43	21,15	21,19	11,50	15,77
Inadimplência	29,07	34,48	28,79	33,12	35,70	33,54	31,23	32,16
Custo do Compulsório +Subsídio Cruzado	5,6	7,08	5,69	4,29	3,21	3,45	1,48	1,66
Encargos Fiscais e FGC	4,77	4,66	4,67	4,53	3,70	3,85	3,71	3,77
Impostos Indiretos	3,30	3,05	3,31	3,11	2,99	3,09	3,19	3,15
Custo do FGC	1,47	1,61	1,36	1,42	0,71	0,77	0,52	0,62
Resíduo Bruto, Erros e Omissões (1-2-3-4-5)	41,49	28,27	37,20	35,62	36,24	37,97	52,09	46,65
Impostos Diretos	14,28	10,42	12,78	12,21	12,40	13,20	20,90	18,67
Resíduo Líquido (6-7)	27,20	17,85	24,42	23,41	23,84	24,76	31,19	27,97

Fonte: Bacen (2009)

Dando início à análise crítica ao estudo apresentado anteriormente sobre os componentes, é importante destacar o trabalho do Centro de Estudo da Consultoria do Senado Federal, no qual José Roberto Afonso *et al* (2009) apresenta as fragilidades pontuais na metodologia da composição em que está estruturado o *spread* bancário. Em primeiro lugar, é a da taxa de captação dos CDB como custo mínimo utilizada na revisão da metodologia de 2004. Parte dos fundos dos bancos provém de fontes com custos bem menores que o depósito a prazo, como aplicações das cadernetas de poupança e depósitos à vista.

Nota-se que os depósitos à vista têm custo financeiro nulo para os bancos, até mesmo as aplicações em conta poupança tem custos inferiores ao depósito a prazo, portanto quando

são desconsiderados, os custos financeiros dos bancos são artificialmente elevados, tem como efeito matemático a subestimação da margem líquida dos bancos.

A segunda fragilidade é a mensuração dos custos administrativos no qual a metodologia aplicada a partir de 2004 utiliza o modelo de mensuração de custos chamado algoritmo de *Auman Shapley*. Tal técnica não considera como fonte de receitas dos bancos as operações rentáveis como tarifas bancárias e administração de fundos. Somente quatro fontes de receitas são consideradas: operações de câmbio, operações de créditos livres, operações de crédito direcionadas e operações de tesouraria.

A metodologia do Bacen ao considerar que a prestação de serviços não gera lucro tem como consequência a subestimação do componente custo administrativo, sendo que as receitas de tarifas e administração de fundos são superiores aos custos administrativos necessários à sua obtenção. A subestimação dos custos administrativos tem duas consequências. “A primeira é superestimar a parcela computada na forma de resíduo. A segunda é minimizar eventual ineficiência do Sistema Financeira Nacional” (Afonso *et al*, 2009, p.24).

Os custos administrativos elevados podem ser originados do estímulo que bancos possuem em expandir sua rede física de agências para captar maiores recursos. Portanto, as despesas administrativas elevadas podem refletir uma ineficiência estrutural no setor bancário devido à falta de concorrência.

A terceira fragilidade é desconsideração da parcela de depósitos direcionados que pode ser livremente aplicada. Os recursos direcionados possuem varias exceções que admitem a utilização desses recursos em operações livres e a taxa de juros de empréstimo livremente pactuado pelos bancos.

A próxima fragilidade é o nível elevado de agregação que ao ampliar a amostra dos bancos pesquisados para corrigir o viés de seleção e torná-la mais representativa dificulta uma apuração mais precisa para operações mais relevantes das instituições financeiras líderes, “menos sujeita a controvérsias metodológicas e de maior relevância prática se a análise ficasse restrita a essas instituições” (Afonso *et al*, 2009, p.28).

A última fragilidade apontada pelo estudo foi a desconsideração dos sinais de rentabilidade anormal das instituições líderes. Embora a percepção dos possíveis ganhos extraordinários na atividade de intermediação financeira seja possível por meio do cálculo do *spread* bancário, essa não é a única e nem melhor medida de constatar a existência desses

ganhos. “A comparação da rentabilidade sobre o patrimônio líquido das instituições nacionais líderes com as instituições internacionais congêneres é um excelente indicador quanto ao índice de competição efetiva no mercado interno” (Afonso 2009, p.29).

A tabela 5 mostra a rentabilidade sobre o patrimônio líquido das 7 maiores instituições financeiras do Brasil de 2001 a 2008 por volume de ativos.

Tabela 5 - Retorno sobre o patrimônio líquido de instituições selecionadas de 2002 a 2008 (taxa. a.a)

Bancos	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008*
Banco do Brasil	25,7%	22,9%	24,6%	28,8%	35,1%	24,2%	34,9%
CEF	27,8%	33,2%	24,5%	31,7%	30,5%	27,4%	50,0%
Itaú	20,2%	19,4%	24,3%	34,5%	25,1%	31,6%	27,0%
Unibanco	16,8%	16,2%	17,6%	22,7%	19,8%	34,8%	25,9%
Santander Banespa	57,4%	24,0%	21,4%	21,9%	16,3%	21,3%	16,9%
ABN AMRO	17,7%	5,0%	8,0%	11,9%	18,1%	24,9%	14,8%
Média Simples	26,7%	20,0%	22,7%	26,8%	25,6%	26,2%	28,3%

Fonte: Banco Central do Brasil - Afonso *et al* (2009)

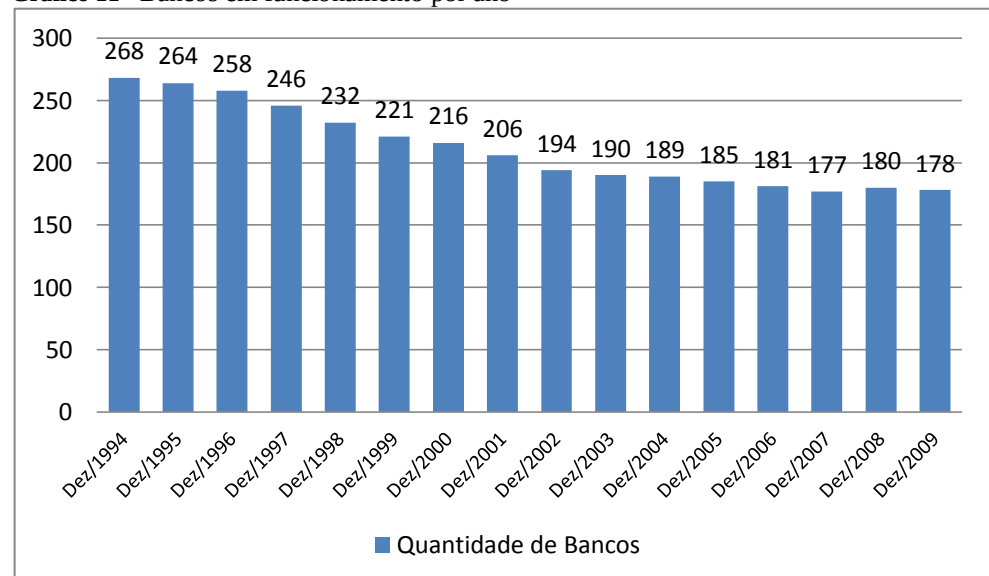
Nota: 2008, o cálculo somente para os dois primeiros trimestre

Enfim, a análise do *spread* bancário, seja ela na sua dimensão total ou de seus componentes, possui vários objetivos, dentre eles, identificar as ineficiências administrativas sistêmicas, excessiva carga tributária indireta que ocorre na intermediação, inadequação do nível dos depósitos compulsórios, índice anormal de inadimplência ou existência de lucros anormais por parte das instituições financeiras.

2.3 DETERMINANTES DO SPREAD BANCÁRIO

2.3.1 CONCENTRAÇÃO E A CONCORRÊNCIA BANCÁRIA

Gráfico 11 - Bancos em funcionamento por ano



Fonte: Banco Central do Brasil

Nota: inclui os tipos de bancos: múltiplo, comercial, desenvolvimento, investimento e a Caixa Econômica Federal

Existem variados estudos empíricos e teóricos que tratam da concentração e concorrência bancária como uns dos fatores determinantes dos *spreads* bancários elevados cobrados pelas instituições bancárias. Estes estudos sempre alimentaram a suspeita de existência de um déficit de concorrência no setor, onde tem sido objeto de controvérsia. No gráfico 11, como pode ser observado a grande quantidade de bancos que atual no sistema financeiro, por mais que houve uma queda substancial na quantidade no período de 1994 a 2009.

A investigação sobre a competição bancária brasileira tem sido subordinada em sua maioria à busca de explicação para os altos *spreads* cobrados pelos bancos. Muitos fatores foram apontados como responsáveis parciais por esses *spreads*, diminuindo a responsabilidade das instituições financeiras na sua determinação⁷, porém essa explicação não se demonstrou inteiramente convincente. Para identificar nas falhas de concorrência no setor, estudos continuam a ser desenvolvidos propondo metodologias variadas para determinar o *spread* e as taxas de empréstimo cobradas pelos bancos (Carvalho, 2007).

A seguir, veremos alguns trabalhos empíricos sobre o estudo da concentração bancária. No primeiro deles, Nakane (2001) procura analisar a evolução do grau de

⁷ Como foi demonstrado na decomposição contábil do Bacen os fatores que determinam o *spread*, como depósitos compulsórios e a inadimplência.

competição dos bancos no Brasil para o período de agosto de 1994 a agosto de 2000. A metodologia foi a de Bresnahan (1982) e Lau⁸ (1982). Segundo o autor, vários outros países a utilizaram para identificar e medir o grau de competição de uma indústria bancária. Os resultados encontrados são consistentes que no Brasil os bancos têm algum poder de mercado e alto grau de concentração, entretanto não foi possível identificar em que estrutura de mercado está inserida o setor bancário, porém os dados mostraram que as estrutura não se enquadra, nem em concorrência perfeita e nem em monopólio ou cartel.

Outro trabalho que merece destaque foi de Tonooka e Koyama (2003). Os autores buscam relacionar as taxas de juros de empréstimos praticadas pelos bancos para cada modalidade de crédito, seja para pessoa física ou jurídica, e o grau de concentração bancária, medido através do Índice Herfindahl-Hirschman (IHH)⁹ para o período de janeiro de 2001 a fevereiro de 2002. A conclusão dos autores foi que todos os mercados apresentaram grau de concentração baixo (exceto o mercado de nota promissória). Mostrou também que a relação preço-concentração não é estatisticamente significativa.

O seguinte trabalho é o de Nakane (2003) que tem como proposta analisar alguns estudos da época que verificaram se um dos motivos para o *spread* bancário ser elevado no país estaria relacionado ao poder de mercado dos bancos e baixa concorrência. O método utilizado foi mensurar o índice IHH para os ativos, crédito e depósitos dos bancos do período de 1994 a junho de 2003. A partir dos testes de poder de mercado, o autor confirma os resultados obtidos pelos trabalhos de Tonooka e Koyama (2003), Nakane (2001) e Belaisch (2003), no qual a hipótese de comportamento de cartel e concorrência perfeita são rejeitadas e, portanto os bancos brasileiros operam em uma estrutura de mercado imperfeito que apresentam elevado grau de concorrência não influenciando os elevados *spreads*.

No estudo de Ferreira (2005) se sobressai à devido abordagem do autor que discute como as características básicas de um mercado podem influenciar a estrutura do setor. O principal argumento desenvolvido e testado foi que a heterogeneidade na distribuição de clientes ao longo do mercado cria nichos com nível de competições bastante diferentes. A metodologia empregada foi análise empírica e com emprego da variação do modelo de

⁸ Metodologia de Bresnahan (1982) e Lau (1982), que analisa a existência de poder de mercado através de variáveis que modificam (rotacionam) a função demanda de mercado. Nesse modelo, são construídas a curva de demanda e relações de oferta, que determinam um equilíbrio de mercado. A idéia central do modelo é que se a função demanda for rotacionada ao longo de seu eixo (i.e., for modificada a elasticidade-preço da demanda), pode-se verificar se há ou não presença de poder de mercado por parte das firmas, através da identificação do parâmetro de conduta e da forma que a receita marginal assume

⁹ O índice de Herfindahl-Hirschman ou IHH (*Herfindahl-Hirschman index* ou HHI) é uma metodologia utilizada para avaliação do grau de concentração num mercado, e usado por entidades reguladoras da concorrência

Salop¹⁰ para o período de 1994 a 2003. Concluiu que regiões e grupo de clientes atendidos por um grande número de bancos conseguem benefícios de uma competição mais intensa e pagam taxa de juros mais baixos, enquanto que a taxa de juros são mais elevadas onde a concorrência entre os bancos é mais fraca.

Existe controvérsia sobre o impacto da concentração do sistema financeiro sobre o *spread*. Isto porque existem forças atuando em sentidos opostos. Como pode ser observado na tabela 6, apresenta a concentração do mercado bancário brasileiro, no qual os cinco maiores bancos detêm mais de 50 % do mercado de 1996 a 2009. Sendo que em 2009 têm 178 bancos operando no mercado financeiro e os cinco maiores bancos participam com 67% dos ativos totais deste segmento bancário.

Tabela 6 - Participação percentual dos maiores bancos e CAIXA nos ativos totais do segmento bancário (%)

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
5 maiores	50,81	51,05	51,39	51,21	50,60	48,62	51,86	55,43	53,79	52,88	53,63	56,87	58,97	67,42
10 maiores	62,68	62,59	63,68	63,08	64,60	62,74	62,75	68,39	68,52	69,27	73,28	77,58	80,13	79,87
20 maiores	74,35	76,94	76,47	77,14	78,75	77,88	80,16	82,16	83,65	84,25	86,62	89,30	90,64	89,41

Fonte: Banco Central do Brasil

2.3.2 TAXA BÁSICA DE JUROS (SELIC)

Os estudos mostram que a taxa básica de juros afeta o *spread* e estão positivamente correlacionados porque reflete o estado de risco da economia. E mais, quanto maior a taxa Selic, maior a rentabilidade requerida para viabilidade de um projeto. Quanto mais arriscados os projetos mais rentáveis são. Portanto, os bancos encontram nos títulos públicos um porto seguro para suas aplicações, deixando-os pouco interessados em investir recursos na oferta de crédito para o setor privado, tornando os juros de empréstimos mais caro (Afonso, 2009).

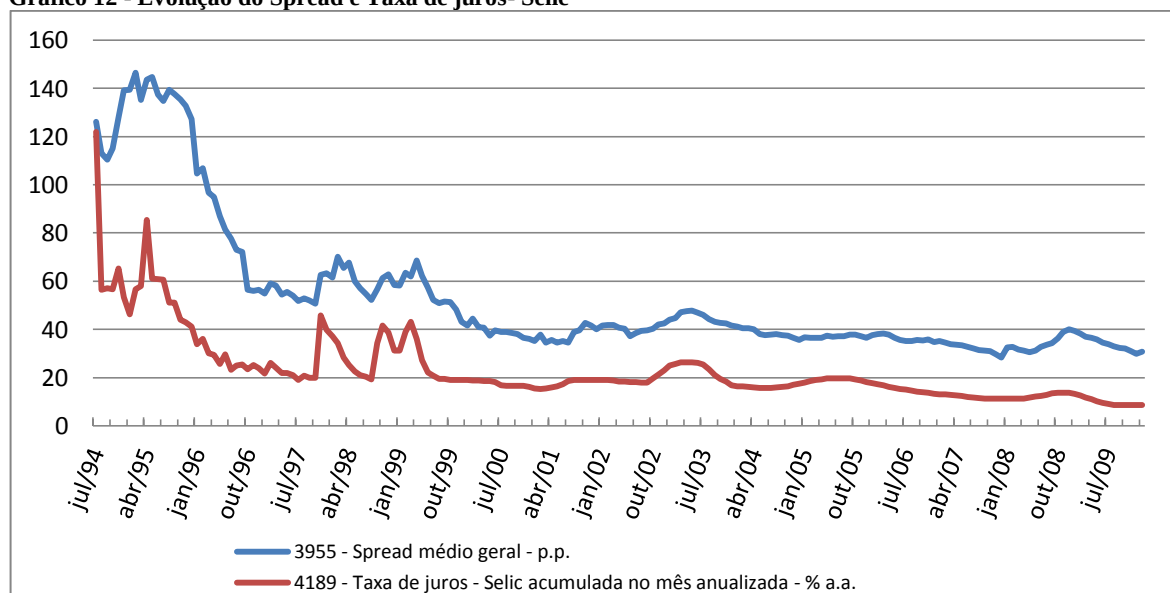
Sobre o nível e a volatilidade da taxa de juros o trabalho empírico de Oreiro *et al* (2007) analisou os determinantes do *spread* brasileiro de 1994 a 2005, através de um modelo econométrico de vetores auto-regressivos (VAR)¹¹. Os resultados alcançados confirmam que o nível da taxa básica de juros serve tanto como piso para taxas de empréstimos como “custo de oportunidade” para as operações de empréstimos (títulos públicos indexados a Selic).

¹⁰ O modelo de Salop considera um mercado onde diferentes produtos oferecidos pelas firmas se distinguem em somente uma característica continua (linha em forma de círculo). Os produtos são diferenciados pela localização em diferentes pontos do círculo e obtêm algum poder de mercado devido aos custos de transporte incorridos pelos consumidores (Ferreira, 2005)

¹¹ É definida como sendo função de seus próprios valores defasados e de defasagens das demais variáveis consideradas na análise (Oreiro *et al*, 2007, p.210).

Nos demais trabalhos empíricos, destacam-se as evidências significativas da relação positiva da Selic com o *spread*, confirmando a hipótese de que os bancos aumentam as margens cobradas nas taxas de empréstimos acompanhando o aumento das taxas de captação. Além do mais, o comportamento da taxa Selic é acompanhado pela taxa de CDB (LEAL, 2007). Então, o aumento da taxa básica de juros, implica maior custo de captação para os bancos e afeta negativamente as expectativas dos agentes, aumentando-se o risco de crédito envolvido nas operações de empréstimos.

Gráfico 12 - Evolução do Spread e Taxa de juros- Selic



Fonte: Banco Central do Brasil – Séries históricas 3955 e 4189

Como pode ser verificado no gráfico 12, a volatilidade da taxa de juros (Selic) sempre é acompanhada pelo spread médio das operações de crédito com recursos livres referenciais para a taxa de juros (pré-fixado).

2.3.3 DEMAIS DETERMINANTES DO SPREAD

Estudos mostram que além nível e da volatilidade da taxa básica de juros outros fatores determinam o *spread* bancário, são eles: o ambiente legal, a taxa de crescimento do PIB, a inflação e risco de crédito (inadimplência).

Referente ao ambiente legal, Troster (2005) argumenta que são necessárias regras específicas para tratamento correto ao tomador de empréstimos para diminuir o risco de inadimplência e risco da economia. Destaca algumas distorções, em primeiro lugar, a ineficiência na aplicação da justiça, os processos são custosos e demorados e com isto os bancos têm custos maiores na manutenção de departamento jurídico para acompanhar tais processos. Em segundo lugar vem a Lei de Falências antiquadas para tratar da solução de

entraves entre devedores e credores o que inviabiliza a sobrevivência do empreendimento. Em terceiro lugar, complacência com a informalidade. As pequenas e médias empresas, por não terem seus balanços auditados, trazem insegurança das informações contábeis apresentadas que podem ser falsas e majoradas para aquisição de crédito. Por último, as mudanças constantes das regras de tributação que incidem sobre a instituição financeira e operações de crédito. Reforça o autor que quanto maior a segurança jurídica das garantias de empréstimos, menor é *spread*.

Referente aos demais determinantes representativas do risco da economia mensurado pela volatilidade do comportamento da inflação, crescimento do PIB, também justificam a cobrança de *spreads* mais elevados, como forma de compensação do risco (Afonso *et al*, 2007). Basta imaginar uma situação em que um banco se depare com uma forte e inesperada recessão ou um abrupto aumento da inflação tornando o ambiente econômico instável.

CAPÍTULO 3- MEDIDAS PARA REDUZIR O *SPREAD* BANCÁRIO

Como observado no gráfico (a evolução do *spread* bancário por tipo de tomador, capítulo 2), este indicador continua excessivamente elevado apesar da queda substancial a partir de 1994, as oscilações ocorridas de 1997 a 2008. Isto indica que ainda falta muito a ser feito para reduzi-lo a patamares internacionais e que existe um longo caminho a percorrer para que o sistema bancário brasileiro possa oferecer crédito farto a custo baixo para as famílias e firmas.

Para terem juros mais baixos nos empréstimos, será necessário um ambiente macroeconômico favorável e previsível, e se adotar medidas de caráter mais institucional e microeconômico para reduzir os custos e riscos das operações de crédito, bem como aumentar a concorrência e transparência do mercado (BACEN, 2002).

Em acréscimo, serão apontadas outras medidas que complementam as medidas que já foram implementadas ou estão sendo analisadas pelas autoridades governamentais e econômicas (Afonso, 2008). Contudo, antes serão apresentados as principais medidas propostas e implementadas pela autoridade monetária e governo no período de 1999 a 2009.

De acordo com o Bacen (2002), são várias as pré-condições ou medidas a serem tomadas para oferta de crédito abundante e barato por parte do sistema financeiro:

- a) Estabilidade macroeconômica e do sistema financeiro — é indispensável que o sistema financeiro atue num ambiente favorável e previsível, onde as instituições possam emprestar num ambiente estável sem sobressaltos;
- b) Medidas fiscais, monetárias e de regulamentação bancária — o crédito e a intermediação financeira deveriam ser desonerados de impostos e tarifas, do impacto de recolhimento de compulsórios e dos efeitos de exigência regulatória na medida em que as possibilidades da estabilidade da economia permitam tal ação, que nem sempre é possível;
- c) Transparência e concorrência — as instituições e os tomadores de empréstimos precisam ter acesso às informações relevantes para a realização das operações de crédito. Para os bancos poderem melhor selecionar e precificar os riscos de suas operações é também necessário que eles operem sob regras e condições de transparência e concorrência. Para os tomadores, a garantia de transparência ao acesso a informações do mercado de crédito;

- d) Riscos jurídicos— um sistema legal e jurídico eficiente que possua regras, normas e leis que regem os contratos de crédito que permitam a sua cobrança ou renegociação de forma justa e eficaz para que as instituições financeiras minimizem os prejuízos associadas à inadimplência através da recuperação de parte desses créditos. Evita-se assim um sistema pró-devedor que induz à inadimplência, sendo repassados os custos a todos os tomadores na forma de aumento do *spread*.

3.1 MEDIDAS FISCAIS, MONETÁRIAS E DE REGULAMENTAÇÃO BANCÁRIA

Em relação às medidas fiscais, monetárias e de regulamentação para efeitos de redução dos juros, é evidente que depende de um ambiente conjuntural de estabilidade (BACEN, 2002).

Os impostos indiretos¹² sobre operações de crédito e na intermediação financeira impostos tendem a ser repassados como custo aos tomadores de crédito. Existe certa resistência na redução dos impostos por conferir parte integrante da arrecadação tributária. Importante destacar que houve redução da IOF de 6% para 1,5% nas operações de crédito da pessoa física a partir de 1999 (BACEN, 2001). A extinção da CPMF em 2008 (BACEN, 2009)

A seguir, o quadro resume as outras medidas fiscais, monetárias e de regulamentação bancária.

¹² Impostos sobre o crédito IOF e a intermediação (PIS, Cofins, CPMF, etc)

Tabela 7 - medidas fiscais, monetária e de regulamentação

Medidas propostas	Observações
Redução dos recolhimentos compulsórios	Instrumento de Política Monetária A diminuição dos recolhimentos compulsórios para o aumento da oferta de crédito e a redução do spread bancário, mas a fixação de suas alíquotas varia em função das exigências da política monetária. Implementados: Os recolhimentos compulsórios sobre depósitos a prazo foram reduzidos de 20% para zero a partir de 1999. Os recolhimentos compulsórios sobre depósitos à vista foram reduzidos de 75% até chegar a 45% em 2000.
Flexibilização dos direcionamentos obrigatórios do crédito – Propor medidas específicas destinadas a reduzir os subsídios cruzados no crédito	Não implementado Atualmente os bancos são obrigados a destinar: a. 25% de seus depósitos à vista a operações de crédito rural, com taxas favorecidas; b. 65% de suas captações em cadernetas de poupança a operações de crédito imobiliário com taxas administradas; c. 2% de seus depósitos à vista a operações de microfinanças, com taxas máximas fixadas pelo governo.
Modificações nas regras de classificação das operações de crédito e de constituição de provisões – aumentar a segurança das operações de crédito, disseminando melhor cultura de crédito no país.	Implementado Aprovada a Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, que dispõe sobre a classificação das operações de crédito, bem como sobre novas regras para constituição de provisões para crédito de liquidação duvidosa. Modificações foram introduzidas pela Resolução nº 2.697, de 24/02/2000.

Fonte: Bacen

3.2 TRANSPARÊNCIA E CONCORRÊNCIA

Para aumentar a transparência das operações de crédito, o Bacen passou a divulgar em seu *website* as informações detalhadas sobre os juros e encargos cobrados pelas instituições financeiras.

Também foi desenvolvido intenso trabalho de revisão do Plano de Contas das instituições financeiras (COSIF), ajustando as regras contábeis bancárias brasileiras a padrão internacionais e aumentando a transparência de suas operações (BACEN, 2002).

Para aumentar a concorrência e fortalecer o poder dos clientes, os bancos passaram a ser obrigados desde 2001 a fornecer a seus clientes informações cadastrais dos dois últimos anos que abrange os dados pessoais, o histórico das operações de crédito e financiamento e o saldo médio mensal mantido em conta corrente e demais informações quando solicitados pelo cliente (BACEN, 2002).

Outra medida foi o aprimoramento da Central de Risco de Crédito (CRC) do Bacen que inicialmente foi criado em 1997 para atender as necessidades de supervisão bancária e controle de risco sistêmico. A partir de julho de 2004, entrou em operação o novo sistema de informações que reestruturou o sistema CRC que tem como objetivo aumentar o número e a qualidade das informações disponíveis, assim como agilizar o processo de consultas pelas instituições financeiras. Os bancos informam mensalmente ao Bacen dados sobre seu risco de crédito (responsabilidades acima de R\$ 5 mil) e das operações relevantes (acima de R\$ 5 milhões), bem como dados complementares semestrais.

A seguir, um quadro resumo das outras medidas para fomentar a transparência e a concorrência no setor bancário.

Tabela 8 - Medidas para aumentar a transparência e concorrência

Medidas	Observações
Promoção de mais concorrência no cheque especial- Medida para proporcionar mais transparência quanto a juros, encargos e outras condições praticadas nessas operações	Implementado Os bancos comerciais estão obrigados a fornecer, desde 2 de abril de 2001, mesmo nos extratos mensais gratuitos, informações detalhadas sobre os encargos financeiros cobrados em operações de cheque especial. As informações devem compreender o período de incidência da cobrança, a taxa de juros efetivamente cobrada e os valores debitados a cada mês
Portabilidade das operações de crédito- Medida para aumentar a concorrência no mercado de crédito, autorizando a renegociação de uma operação com outra instituição financeira.	Implementado A resolução CMN nº 3.401, de 6 de setembro de 2006, dispôs sobre a quitação antecipada de operações de crédito. A partir dela, ficou possível a transferência, por solicitação do próprio mutuário, da operação de crédito contratada com uma instituição financeira para outra, cabendo a esta última realizar a quitação antecipada do crédito
Informação do Custo Efetivo Total (CET)	Implementado Desde maio de 2008, os bancos devem informar a seus clientes pessoas físicas, previamente à contratação da operação, o custo total da operação, expresso em termos de taxa percentual anual. O Custo Efetivo Total (CET) deve ser calculado considerando-se todos os fluxos de liberações e pagamentos previstos, taxa de juros utilizada, tributos, tarifas, seguros e outras despesas cobradas do cliente.

Fonte: Bacen

3.3 RISCOS JURÍDICOS

Para reduzir os riscos jurídicos envolvidos nas operações de crédito, foram criados instrumentos mais adequados para aumentar a garantia das operações e minimizar perdas em situações de insolvência do tomador de empréstimo (pessoa jurídica). Como principal medida temos: a criação da Cédula de Crédito Bancário (CCB) em 2004, que é um instrumento de crédito com característica de título executivo, no qual o trâmite é mais simples e rápido para processo de execução judicial por não se submeter à fase de reconhecimento da legitimidade

do crédito. Deve-se destacar que a utilização desta cédula é muito pequena frente ao volume de recursos movimentados no mercado financeiro.

Os riscos jurídicos provocado pelo funcionamento deficiente do sistema falimentar e de cobrança de dívidas no Brasil. Além elevar custos, a recuperação judicial de um crédito não pago no Brasil requer, em média, três anos para a comprovação de sua legitimidade e mais dois anos para sua recuperação. Devida a baixa proteção aos credores, as instituições cobram maiores taxas de juros de forma generalizada sem distinção entre os maus e bons pagadores (BACEN, 2003). Para diminuir o risco de perdas com insolvência do devedor, foram tomadas medidas para o aumento do alcance da alienação fiduciária¹³ em garantia, antes restritas a bens móveis, principalmente veículos, e mais recentemente a imóveis e agora abrange outros bens e direitos, tais como títulos e outros créditos. A relevância desta medida para redução dos juros e *spread* bancário é que permite a ampliação deste tipo de garantia para demais operações de crédito, sendo que no caso do financiamento de automóvel tem apresentado *spread* menor em relação às demais operações devido a este tipo de garantia.

Adicionalmente, outra medida que merece destaque é a reforma da Lei de Falência (Lei 11.101 e Lei Complementar 117, ambas de 17 de fevereiro de 2005). Esta foi uma das reformas microeconômicas mais importantes para expansão do crédito e redução dos custos incorridos nas operações de empréstimos e financiamentos. Aumentou a segurança jurídica na recuperação do crédito da pessoa jurídica ao criar condições para recuperar as empresas em dificuldades financeiras. Isto é, as garantias de direito de mercado de crédito passou a ser tratado com prioridade na falência à frente dos créditos tributários¹⁴, assim protegendo os credores na eventual insolvência da empresa tomadora de empréstimos (BACEN, 2005). A seguir, é apresentado um resumo das outras medidas adotadas e propostas no âmbito do risco jurídico.

¹³ A alienação fiduciária significa efetiva transferência da posse de um bem a outra pessoa (credor fiduciário) para garantia do pagamento da obrigação (BACEN, 2002).

¹⁴ Objeto de reforma do Código Tributário Nacional (BACEN, 2005).

Tabela 9 - Medidas para reduzir o risco jurídico

Medidas	Observações
Esclarecimento sobre anatocismo¹⁵ (juros sobre juros) no Sistema Financeiro Nacional- Esclarecer que esse dispositivo da lei da usura não se aplica ao SFN	Implementado A MP nº 1.963-17, de 30/03/200, atual MP nº 2.170-36, de 23/08/ 2001, em seu artigo 5º, esclarece que, nas operações do SFN, é admissível a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano.
Separação juros/principal - Permitir a separação das parcelas controversas no processo de cobrança de empréstimos do SFN, a exemplo da recente legislação específica de contratos de financiamento imobiliário	Proposta É muito comum que devedores utilizem as ineficiências e demoras do processo judiciais para adiar o pagamento de suas obrigações. Uma das formas de fazer isso é questionar aspectos menores, relacionados à cobrança dos encargos financeiros devidos. Normalmente, é muito difícil para o devedor justificar irregularidades quanto ao principal. A Lei nº 10.931/2004, ao tratar os contratos de financiamento de imóveis, regula o tratamento dos valores controversos e incontroversos nas ações judiciais. Pelo seu artigo 50, o devedor deve discriminar os valores controversos, obrigando-se a manter o pagamento normal dos valores incontroversos, no tempo e no modo contratados.
Contrato eletrônico de crédito- Trabalhar pelo estabelecimento de uma lei que regule a proteção das partes contratantes em operações transitadas pela Internet e em outros meios eletrônicos	Implementado A MP nº 2.200, de 28/06/2001, atual MP nº 2.200-2, de 24/08/2001, institui a ICP- Brasil, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica dos contratos eletrônicos.

Fonte: Bacen

¹⁵ Anatonismo refere-se à cobrança dos juros contando, na base de cálculo, juros de período anterior. Ou seja, os juros são calculados sobre os juros e não sobre o principal

Em acréscimo às medidas apresentadas pelo Bacen no Relatório “Juros e *Spread* Bancário”, Afonso *et al* (2009) apresentam outras medidas que as complementam, não sendo exaustiva e nem excludente. São sugestões apontadas em audiências públicas da Comissão de Acompanhamento da Crise Econômica e da Empregabilidade e em reuniões técnicas do assessores da Comissão com especialistas da área.

Estas medidas estão relacionadas principalmente aos fatores como a inadimplência e o aumento da concorrência bancária. Como demonstrado nos estudos do Bacen, a inadimplência recebe destaque na composição contábil do *spread* por ser responsável por um parcela significativa na decomposição do indicador. Já o aumento da concorrência, é um item que deve receber crescente prioridade, pois torna-se evidente a grande concentração bancária ocorrida nos últimos anos, na qual uma parcela aproximadamente de 5 maiores bancos são responsáveis por mais de 50% de dos ativos totais no setor bancário e justifica o poder de mercado destes, através da alta rentabilidade destas instituições financeiras.

3.4. MEDIDAS PROPOSTAS PARA REDUZIR A INADIMPLÊNCIA

Para apresentar as medidas, devem ser destacados os fatores que, por sua vez, influencia a inadimplência esperada, são eles: “ambiente institucional que determina maior ou menor probabilidade de recuperação de crédito e a estratégia de concessão¹⁶ por parte das instituições financeiras” (AFONSO *et al* 2009, p.32).

O ambiente institucional é uma área que deve ser constantemente melhorado, nos últimos anos, houve avanços institucionais importantes, como a Nova Lei de Falência, que visam a aumentar a segurança jurídica dos contratos e a possibilidade de recuperação do credito concedido. Mesmo assim, leva-se muito tempo para executar a recuperação de dívidas, visto que nos tribunais tais processos se arrastam por anos.

Contudo, não se pode desprezar o fato que a inadimplência pode ser resultado de um processo de maximização de lucros por parte das instituições financeiras, por mais que o ambiente institucional possa contribuir para as altas taxas de inadimplência no Brasil. É possível que tanto a carteira que possua baixa ou alta inadimplência tenha a mesma taxa de juros e gere lucros semelhantes. Isto ocorre por que os bancos não usam método de seleção para atribuir para cada tomador a sua probabilidade de não pagamento de suas dívidas. Essa informação incompleta abre espaço para alocações ineficientes para cobrança de juros por

¹⁶ “Ao conceder um empréstimo, os bancos necessitam fazer alguma avaliação da inadimplência esperada — conhecer a inadimplência ocorrida dos empréstimos já concedidos, e a partir disto melhor estimar a inadimplência futura.

parte dos bancos. Porém, existem formas para reduzir este problema através da portabilidade cadastral¹⁷ e com a implementação do cadastro positivo.

Importante destacar que o CMN (Comissão Monetária Nacional) obriga as instituições a enviarem informações cadastrais para as outras. Entretanto, os bancos não exigem esse cadastro ao conceder empréstimos. Isto confirma que os bancos possuem mecanismo para conhecer seu tomador, porém não o fazem usando práticas ineficientes de negócios. Este tipo de comportamento ineficiente decorre da ausência de competição e do poder de barganha que permitem aos bancos a cobrar a mesma taxa de juros de todos os clientes.

Já existe um projeto de lei intitulado cadastro positivo em tramitação no Congresso Nacional. Ele permitirá que os bancos discriminem seus clientes e situações que, de certa forma, possam cobrar taxa de juros adequados para cada perfil de cliente. Todavia, se aprovado e implementado poderá ser barrado pelo próprio interesse dos bancos em solicitar o cadastro junto aos seus clientes a outras instituições financeiras como já ocorre na portabilidade cadastral, porque para as instituições financeiras, o histórico do cliente não é o aspecto fundamento que é levado em consideração ao definir o custo do dinheiro.

Outra medida para reduzir a inadimplência causada pela ausência de garantias é a criação de fundos de aval pelo setor público, inicialmente recursos aportados pelo Tesouro e depois complementados e financiados por recursos originados por tarifas incidentes sobre os financiamentos. No Brasil, já existem fundos constituídos para garantia de financiamento destinada para setores específicos, como por exemplo: o Fundo de Garantia à Promoção da Competitividade (FGPC) operado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDS) direcionado para companhias exportadoras de pequeno porte; outros fundos: o Fundo de Garantia para a Construção Naval e Empreendimentos de Energia Elétrica.

Foram discutidas algumas formas para reduzir a assimetria de informações ou aumentar a garantia oferecida pelos tomadores. Porém, deve ser discutido o “caráter endógeno da inadimplência” (AFONSO *et al* 2009, p.39).

Por que os bancos não fazem uma avaliação mais criteriosa de seus clientes? Uma possível resposta é a escassez de recursos. Como o Sistema Financeiro Nacional trabalha com um baixo nível de alavancagem e com ambiente de baixa concorrência, torna-se mais

¹⁷ O cliente pode transferir informações sobre seu relacionamento com uma instituição bancária para outra, com informações importantes sobre sua capacidade de pagamento.

lucrativo às instituições financeiras oferecerem a mesma taxa de juros¹⁸ para todos os clientes, taxas mais elevadas por estarem inclusas as provisões de inadimplência dos maus pagadores, do que oferecer um leque de taxas conforme a probabilidade de não receber de cada tomador. Como não há um mercado competitivo, os bancos não têm interesse em diferenciar seus clientes por conseguirem cobrar uma taxa de juros maior de todos, aumentando seu lucro.

3.5 MEDIDAS PROPOSTAS PARA AUMENTAR A CONCORRÊNCIA BANCÁRIA

Apesar de o Sistema Financeiro Nacional operar em aproximadamente 178 bancos em 2009, grande parte do ativo financeiro do sistema está nas mãos das cinco maiores instituições financeira. Isto mostra a controvérsia sobre a concorrência e concentração bancária. Conforme Afonso *et al* (2009), existem duas formas de evitar o poder econômico dos bancos com o aumento da concorrência. A primeira, por medidas que criem maior competição, e a segunda por meio de regulamentação.

Referente a medidas que estimulam a competição, são elas:

- i. Aumentar a educação financeira;
- ii. Facilitar o fluxo financeiro entre contas correntes de diferentes bancos;
- iii. Reduzir restrições para emprestadores;
- iv. Obrigar o sistema financeiro a compartilhar os terminais de auto-atendimento.

O aumento da educação financeira traria efeitos no médio prazo. Na realização de campanhas publicitárias, cabe destacar que o “relevante das operações de empréstimos é o gasto com juros e não se a prestação cabe no orçamento, e alertando para os riscos de inadimplência” (Afonso *et al* 2009, p.41). Além disso, obrigar o credor informar, além da taxa de juros e total de prestações, os valores destinados ao pagamento de juros e outras taxas. Como também saldo devedor e a valores dos juros embutidas em cada parcela.

Outra medida para aumentar a competição entre os bancos é isenção de tarifas para o fluxo financeiro entre contas de mesmo titular para instituições financeiras distintas. Isto incentivaria um correntista possuir contas em diversos bancos e utilizando as operações de créditos que apresentassem menores custos ao tomador.

¹⁸ Deve ser deixado claro que os bancos fazem alguma discriminação, mas de forma generalizada, por exemplo: taxa de juros para pessoa física e pessoa jurídica, para pequeno ou grande tomador.

Adicionalmente, outra medida para aumentar a concorrência é a redução de restrições para que uma pessoa física ou jurídica possa conceder empréstimo, não somente instituições financeiras.

Finalmente, outra medida para estimular a concorrência no mercado de crédito seria obrigatoriedade de compartilhamento de terminais de auto-atendimento que aumentaria a atratividade de bancos pequenos e médios por não possuir tal infra-estrutura. Isto diminuiria significativamente a barreira de entrada do setor bancário, pois, para dispor de terminais de auto-atendimento e distribuí-los em todo o território nacional, são necessários altos investimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a examinar os aspectos do elevado *spread* bancário brasileiro, com o objetivo de analisar a evolução, estrutura e os determinantes do *spread*, entre 1999 a 2009, com base na revisão bibliográfica de diversas publicações existentes a respeito do assunto. Para alcançar o objetivo proposto foram analisados vários relatórios do Banco Central do Brasil relacionados sobre o tema.

Convém destacar a importância da intermediação financeira para o aumento de fluxo de recursos entre os agentes superavitários e deficitários. No Brasil, este fluxo está comprometido devido aos altos *spreads* bancários que inviabilizam a transferência do capital a custo reduzido e limita a quantidade de transferência entre os agentes da economia. Se, no início da década de 2000, a relação crédito/PIB era de ordem de 25%, em 2008, esta relação encontra-se ao redor de 40%, entretanto, bem abaixo de países em desenvolvimentos que apresentam uma relação superior a 70%.

Nos relatórios do Bacen sobre os estudo da estrutura do *spread* bancário, a partir de sua apresentação na decomposição contábil, identificam se os seguintes componentes: taxa de captação; contribuição, impostos diretos e indiretos; despesas administrativas e judiciais; inadimplência e margem líquida dos bancos. Estes dois últimos constituem os principais componentes por possuir maior participação do *spread*, sendo a inadimplência o reflexo do ambiente de insegurança, causados pela instabilidade macroeconômica, a morosidade da Justiça na execução e recuperação do crédito. Contudo, é questionável a participação deste componente devido à metodologia utilizada para seu cálculo passar por constantes atualizações e mudanças ao longo do período do estudo.

Referente à margem líquida dos bancos, pode ser questionada não somente pelas mudanças metodológicas empregadas pelo Bacen, que aumentam sua participação em detrimento da diminuição da inadimplência. Por outro lado, a subestimação da margem líquida esconde ganhos extraordinários na atividade de intermediação financeira, que na análise do Bacen não leva tanto em consideração. Portanto, o excessivo lucro dos bancos não é contabilizado em sua totalidade na estrutura do *spread*.

Referente aos determinantes do *spread*, concorrência e a concentração bancária, a taxa de juros Selic, ambiente legal. O primeiro é objeto de controvérsia entre os estudos empíricos sobre o tema, o que pode ser observado pelos números de bancos em funcionamento no sistema financeiro brasileiro, sendo que os cinco maiores bancos detêm

mais de 50 % do mercado de crédito do país, configurando a utilização de poder de mercado devido alta concentração nas mãos de poucos e a baixa concorrência entre estes.

Sobre a taxa Selic, seu efeito sobre o *spread* ocorre de três formas: o custo de oportunidade para os bancos para ofertar em crédito a um custo maior para o setor privado e serve de base de remuneração dos aplicadores de recursos e afeta as expectativas dos agentes econômicos em relação ao grau de estabilidade da economia. Portanto, o maior controle na contas públicas com aplicação de uma política fiscal menos expansionista, contribuiria para a diminuição de dívida pública, proporcionando maior estabilidade macroeconômica e redução da taxa Selic.

As medidas propostas e implementadas pela autoridade de política econômica proporcionaram redução do *spread* bancário brasileiro, porém, não converge ao patamar internacional. Portanto, serão necessárias medidas adicionais e complementares visando à redução da inadimplência e aumento da concorrência no setor, pois, como foi apresentado os bancos não fazem uso eficiente de todas as informações disponíveis para determinar a taxa de juros dos empréstimos por não diferenciar os bons dos maus pagadores.

Quanto às medidas para estimular a competição do setor, temos: isenção de cobrança de tarifas para transferência de valores entre contas de mesma titularidade entre bancos diferentes; aumentar a educação financeira dos agentes econômicos; e compartilhamento de terminais de auto-atendimento (redução de barreiras a entrada do setor).

Em relação às medidas para redução dos componentes apontados na decomposição contábil do Bacen, como a cunha fiscal deve ser avaliado se esta redução será repassada para os tomadores de empréstimos. Outro componente, o recolhimento compulsório, a medida para sua diminuição dever ser pautada em não prejudicar a política econômica.

Por fim, deve-se buscar aprimoramento do cálculo de *spread* efetuado pelo Bacen, visando sugestões para trabalhos futuros sobre o tema e a particularidade de cada determinante. Além disso, este trabalho não possui o objetivo de esgotar toda a possibilidade inerente de cada determinante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, J.R. *et al* (2009). “Evolução e Determinantes do *Spread* Bancário no Brasil”. Textos para discussão. Disponível em < http://www.senado.gov.br/conleg/textos_discussao.htm > Acessado em 16/08/2011. p.7, 24.p.28- 29.

BACEN (1999) – BANCO CENTRAL DO BRASIL. Departamento de Estudos e Pesquisas – DEPEP. “Juros e Spread Bancário no Brasil”. 1999. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/ftp/juros-spread1.pdf>>. Acesso em 18/05/2011. p.20

BACEN (2000) – BANCO CENTRAL DO BRASIL. Departamento de Estudos e Pesquisas – DEPEP. “Relatório de Economia Bancária e Crédito – novembro de 2000”. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/ftp/juros-spread112000.pdf>>. Acesso em 18/05/2011.p.7

BACEN (2001) – BANCO CENTRAL DO BRASIL. Departamento de Estudos e Pesquisas – DEPEP. “Relatório de Economia Bancária e Crédito – novembro de 2001”. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/ftp/juros-spread112001.pdf>>. Acesso em 18/05/2011. p.5

BACEN (2002) – BANCO CENTRAL DO BRASIL. Departamento de Estudos e Pesquisas – DEPEP. “Relatório de Economia Bancária e Crédito – novembro de 2002”. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/ftp/juros-spread112002.pdf>>. Acesso em 18/05/2011.

BACEN (2003) – BANCO CENTRAL DO BRASIL. Departamento de Estudos e Pesquisas – DEPEP. “Relatório de Economia Bancária e Crédito – novembro de 2003”. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/ftp/rel_economia_bancaria_credito.pdf>. Acesso em 18/05/2011.

BACEN (2004) – BANCO CENTRAL DO BRASIL. Departamento de Estudos e Pesquisas – DEPEP. “Relatório de Economia Bancária e Crédito – novembro de 2004”. Disponível em: < http://www.bcb.gov.br/Pec/spread/port/economia_bancaria_e_credito.pdf >. Acesso em 18/05/2011.

BACEN (2005) – BANCO CENTRAL DO BRASIL. Departamento de Estudos e Pesquisas – DEPEP. “Relatório de Economia Bancária e Crédito – novembro de 2005”. Disponível em: < http://www.bcb.gov.br/pec/spread/port/rel_econ_ban_cred.pdf >. Acesso em 18/05/2011.p.90

BACEN (2006) – BANCO CENTRAL DO BRASIL. Departamento de Estudos e Pesquisas – DEPEP. “Relatório de Economia Bancária e Crédito – novembro de 2006”. Disponível em: < http://www.bcb.gov.br/Pec/spread/port/relatorio_economia_bancaria_credito.pdf >. Acesso em 18/05/2011.

BACEN (2007) – BANCO CENTRAL DO BRASIL. Departamento de Estudos e Pesquisas – DEPEP. “Relatório de Economia Bancária e Crédito – novembro de 2007”. Disponível em: < http://www.bcb.gov.br/Pec/Depep/Spread/relatorio_economia_bancaria_credito2007.pdf >. Acesso em 18/05/2011.

BACEN (2008) – BANCO CENTRAL DO BRASIL. Departamento de Estudos e Pesquisas – DEPEP. “Relatório de Economia Bancária e Crédito – novembro de 2008”. Disponível em: < http://www.bcb.gov.br/Pec/Depep/Spread/relatorio_economia_bancaria_credito2008.pdf >. Acesso em 18/05/2011.

BACEN (2009) – BANCO CENTRAL DO BRASIL. Departamento de Estudos e Pesquisas – DEPEP. “Relatório de Economia Bancária e Crédito – novembro de 2005”. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/REBC2009.pdf> >. Acesso em 18/05/2011.

BRESNAHAN, T. F. (1982). “The oligopoly solution is identified”. *Economics Letters*, 10

CARVALHO F. J. C. *et al* (2007), *Economia Monetária e Financeira*.- 2ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007 .

CARVALHO, Fernando J. Cardim. (2007) *Estrutura e Padrões de Competição no Sistema Bancário Brasileiro: uma Hipótese para Investigação e Alguma Evidência Preliminar*. In: Amado, Adriana [et al.]. *Sistema financeiro: uma análise do setor bancário brasileiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2007, p. 103.

COSTA, A. C.A; NAKANE, M.I. (2004). “Revisitando a metodologia de decomposição do spread bancário no Brasil”. Disponível em: <<http://www.econ.fea.usp.br/bacen/Artigos/SpreadRevFinalset04.PDF>> Acesso em: 12/08/2011.

DANTAS *et al* (2011). “Determinantes do Spread Bancário Ex-Post no Mercado Brasileiro”. Disponível em; <<http://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/wps242.pdf>> Acessado em: 15/08/2011.

FERNANDES, José Luiz Barros; SOUZA, Henrique Pereira Bernardino; “A Relação do Spread Bancário com Índice de Inadimplência no Brasil” Seminário em Administração, XIII SEMEAD, São Paulo- FEA-SP, Setembro de 2010.

FERREIRA, Caio. F. “Estrutura, concorrência e performance do setor bancário em um mercado heterogêneo”. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2005.

FORTUNA (2002), Eduardo. *Mercado Financeiro: produtos e serviços*. 15ª edição. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed,2002. p. 15,31

GAMBOA (2010), Ulisses. R. “Mercado de Crédito e o novo governo: dez propostas para redução do spread bancário. 2010”.Disponível: <http://www.dcomercio.com.br/especiais/outros/digesto/digesto_23_especial/04_mercado_de_credito_e_o_novo_governo.pdf>. Acesso em: 10 agosto. 2011

IEDI- Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (2004). *Carta IEDI n. 100 - Spread no Brasil e no Mundo*. Disponível em: <http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_100_spread_no_brasil_e_no_mundo.html> Acessado em 18/05/2011.

IEDI- Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (2004). *Carta IEDI n. 59 – Além da Taxa Selic*.Disponível em: <http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_59_alem_da_taxa_selic.html> Acessado em 18/05/2011.

LAU, L. J. (1982). “On identifying the degree of competitiveness from industry price and output data”. *Economics Letters*, 10.

LEAL, Rodrigo Mendes Souza. “Estrutura e Determinantes do Spread Bancário no Brasil: Uma Resenha Comparativa da Literatura Empírica” Tese de Mestrado RJ- set.2006.p.9

LEVINE, R; King, R. *Finance and Growth: Schumpeter might be right*. Quarterly Journal of economics, v.108, 1933, p 716-737.

LIMA, Iram Siqueira *et al* (2006). *Curso de Mercado Financeiro - Tópicos Especiais*. 2ª edição. São Paulo; Ed. Atlas, 2006.

LOPES (2005), João do Carmo; ROSSETTI, Jose Paschoal. *Economia monetária*. 9ª Edição. São Paulo: Atlas, 2005.

NAKANE, Márcio I (2001). “A test of competition in Brazilian Banking”. Disponível em:<<http://www.bcb.gov.br/pec/wps/ingl/wps12.pdf> >Acessado em 17 agosto de 2011

_____. “Concorrência e Spread Bancário: uma Revisão da Evidência para o Brasil”, Banco Central do Brasil. In: BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório Juros e Spread Bancário no Brasil: Avaliação de 4 anos do Projeto, Brasília, 2003. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/?SPREAD> Acessado em: 10/08/2011

NETO (2003), Alexandre Assaf. *Finanças Corporativas e Valor*. São Paulo; Ed. Atlas. 2003.p.66

NETO (2007), Alexandre Assaf. *Mercado financeiro*. 7 ed. - 2. Reimpr. São Paulo; Atlas, 2007.

OREIRO, J. L. *et al* (2007). *Determinantes Macroeconômicos do Spread Bancário no Brasil: Teoria e Evidência Recente*. Disponível em: <<http://www.conjuntura.com.br/fhono/arquivos/spread.pdf> > Acesso em: 16/08/2011

RODRIGUES (2000), L. F. P. *Riscos na atividade bancária em contexto de estabilidade de preços e de alta inflação* Revista de Ciências Econômicas da UFRGS -. *Setembro 2000 Ano 18 n°34 Análise Econômica*

RUDGE (2003), Luis Fernando, *Dicionário de Termos Financeiros*. Banco Santander S.A. 1ª Edição, 2003, p.315.

SOUZA, Gustavo José de Guimarães. A Interação entre a dinâmica macroeconômica e os bancos: uma perspectiva acerca do risco de crédito. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Economia, Universidade Federal

TONOOKA, Eduardo K., e KOYAMA, Sérgio M. (2003): “Taxa de juros e concentração bancária no Brasil”, Trabalhos para Discussão do Banco Central do Brasil no. 62

TROSTER (2005), Roberto Luis. “Spread Bancário no Brasil”. Disponível em:<<http://www.febraban.org.br/Arquivo/Servicos/Imprensa/spreadbancario0307c.pdf>>Acesso em: 7/07/2011.